



Crise de Energia:

COMO SAIR DESTA ?

*O Brasil levou seis anos para
se dar conta que era
preciso economizar petróleo*

— Páginas centrais —

Fertilizantes:

O QUE É MAIOR ? O SUSTO OU O AUMENTO ?

— Página 4 —

SURPRESAS NOS PREÇOS MÍNIMOS

— Página 3 —



COOPERATIVA REGIONAL
TRITÍCOLA SERRANA LTDA



Rua das Chácaras, esquina
Porto Alegre — Caixa Postal 111
IJUI — RS
GERAL - PABX 332-1549

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA Nº 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva

Presidente:

Ruben Ilgenfritz da Silva

Vice-Presidente:

Arnaldo Oscar Drews

Superintendente:

Clóvis Adriano Farina

Diretores Contratados:

Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues
Borges, Nelcy Rospide Nunes, Oswal-
do Olmiro Meotti, Werner Ervin Wag-
ner e Eduardo Augusto de Menezes.

Conselheiros (Efetivos):

Bruno Eisele, Alberto Sabo, Erni
Schünemann, Egon Eickhoff, Telmo
Rovero Roos, Joaquim Stefanello.

Conselheiros (Suplentes):

Alfredo Driemeyer, Reinhold Luiz
Kommers, Ido Marx Weiller, João
Telló, Arnaldo Hermann, José Carlos
Vione.

Conselho Fiscal (Efetivos):

Dari Bandeira, Antoninho Boiarski
Lopes, Alevino Righi.

Conselho Fiscal (Suplentes):

Leonides Dallabrida, Alvaro Darci
Bernardi Contri, Eloy Milton Frantz.

Capacidade em Armazenagem:

| | |
|---------------------------------|-----------|
| IJUI (Sede) | 164.000 t |
| Ajuricaba | 33.000 t |
| Augusto Pestana | 33.000 t |
| Chiapetta | 60.000 t |
| Cel. Bicaco | 40.000 t |
| Sto. Augusto | 77.000 t |
| Tenente Portela | 60.800 t |
| Vila Jóia | 67.000 t |
| Esq. Umbú (Sto. Aug.) | 50.000 t |
| Rio Grande | 220.000 t |
| Dom Pedrito | 48.000 t |
| Maracajú | 84.000 t |
| Sidrolândia | 12.000 t |
| Rio Brilhante | 12.000 t |
| Dourados | 60.000 t |



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao qua-
dro social, autoridades, universidades
e técnicos do setor, no país e exterior.
Nossa tiragem, 17.500 exemplares.

Associado
da ABERJE



Associado da



Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

EXPEDIENTE:

Redação e Administração
Rua das Chácaras, esquina
Porto Alegre — Caixa Postal 111
IJUI — RS
GERAL - PABX 332-1549

Registrado no Cartório de Títulos e
Documentos do município de Ijuí,
sob n. 9. Certificado de marca de
propriedade industrial M/C11 n.
022.775 de 13.11.1973 e figurativa
M/C11 n. 022.776, de 13.11.1973.

REDAÇÃO

Christina Brentano de Moraes
Manoel Canabarro

Composto no JORNAL DA MANHÃ,
Ijuí, e impresso em rotativa off-set
no DIÁRIO SERRANO — Cruz Alta.

Ao leitor

O Brasil levou seis anos para descobrir que o mundo estava vivendo uma época de crise de energia. Seis anos para começar a pensar mais profundamente em medidas que deveriam ser adotadas para reduzir o consumo de petróleo. Seis anos para se dar conta que o petróleo vai acabar e que de nada adianta fazer de conta que nada mudou, ficar incentivando a produção e consumo de automóveis, subsidiando o óleo diesel, construindo rodovias, etc..., antes de procurar viabilizar fontes alternativas de energia.

De 1973 até agora apenas medidas muito tímidas e pouco eficazes foram tomadas. Quem pagava o preço de toda esta imprevidência era o consumidor de gasolina, que teve seus preços reajustados, de tempos em tempos, como se adiantasse alguma coisa para evitar que a crise chegasse até aqui. No máximo, conseguiu retardar seis anos. Até que o Brasil se deu conta, depois de um aparecimento cheio de estardalhaço do presidente João Baptista Figueiredo nas rádios e televisões de tudo quanto é canto do Brasil, em plena 10 horas da manhã, para anunciar que hoje o regime é de *economia de guerra*. Pelo tom das declarações, quando foi comunicada a criação de um Conselho Nacional de Energia, o povo ficou imaginando mil e uma coisas. Mas que nada: as medidas continuam tímidas até, se comparadas com a gravidade da situação.

Este ano, por exemplo, pagaremos pelo petróleo importado metade do dinheiro que foi conseguido com as exportações. Somando as outras importações e o pagamento dos juros da dívida externa ainda vamos ficar devendo. O arrocho inicial mais forte será em cima da agricultura, que consome apenas 2,5 por cento do petróleo importado, mas que a partir de 1º de janeiro do ano que vem não terá mais uma gota sequer de óleo combustível para movimentar seus secadores de produto.

Veja a matéria das páginas centrais, onde se conta "O Preço da Imprevidência" e ainda os fatos que vêm ocorrendo desde 1973, quando os árabes resolveram valorizar o único produto que tinham para vender: o petróleo. Eles sabem, e também todo mundo, que o chamado "ouro negro" estará com suas reservas

Do leitor

SINDICALISMO

Ao ler a mesa redonda no COTRIJORNAL nº 64, entre empregadores e trabalhadores rurais, nota-se um significativo avanço na consciência de classe dos trabalhadores na luta por sua participação política nas decisões de seus interesses.

A desconfiança dos trabalhadores rurais sobre o Partido dos Trabalhadores que surge, é muito válido, pois o PT nasce dentro das fábricas e sindicatos dos grandes centros urbanos. Mas não se pode dizer que os interesses dos trabalhadores são diferentes. Não se pode dividir a classe nestes termos. Este é um dos vícios desta sociedade de exploração, onde a minoria de mais fortes governa de acordo com suas aspirações e interesses lucrativos. Na reportagem foi colocada a falta de união do povo, e é lógica esta falta de união, na medida em que o sistema foi montado em cima da destruição e atrelamento de todos os meios de atuação dos oprimidos na luta pela conquista de seus direitos.

Os trabalhadores rurais têm como função importantíssima a extensão do PT urbano para o meio rural, com a ampla mobilização dos agricultores em torno de seus problemas e após isto, a ampliação do programa e plataforma política do PT, colocando questões como a reforma agrária, enquadramento sindical, leis rurais, os problemas comuns dos pequenos agricul-

esgotadas até o ano 2020. Serão eles culpados em agir desta forma?

A agricultura levou outro baque no início do segundo semestre: a alta dos fertilizantes. O aumento foi tão grande que só na lavoura de soja os adubos representarão 28 por cento do dinheiro que deve ser aplicado na sua formação, contra os 12 por cento da safra passada. Os empresários contam as razões deste aumento, argumentando que os fertilizantes são vítimas da crise mundial de energia. Veja, a partir da página 4, a reação dos agricultores, a palavra de um técnico e a experiência de um produtor francês que disse um *basta* para os produtos químicos.

Quando ninguém mais esperava para estes dias, depois de vários adiamentos, a fixação dos preços mínimos para as safras de verão, o Governo anunciou as prometidas "agradáveis" surpresas. Para a soja, o aumento foi realmente surpreendente, se comparado aos últimos anos: 110 por cento. Mas isto não quer dizer praticamente nada, pois o preço mínimo, a partir deste ano, não tem qualquer influência nos financiamentos de custeio. Além disso, a soja depende mais do mercado internacional do que de preços mínimos na sua comercialização. No geral, todos os preços foram reajustados a níveis maiores do que os esperados. Mesmo assim, os produtos de mercado interno — como o feijão, milho e arroz — não receberam um incentivo proporcional ao dado para a soja, como mostra a matéria da página 3.

Se o agricultor está devendo Cr\$ 2.871,56 muda em alguma coisa conceder um crédito de emergência de Cr\$ 350,00? Veja na última página.

O Dia do Colono foi comemorado de modo diferente, este ano, por um grupo de agricultores de Ijuí. Eles passaram o dia discutindo sobre a terra, e justificaram: "A situação não está para fazer festa".

tores, etc. O PT é, atualmente, a grande perspectiva da classe trabalhadora, pois este será dirigido por ela e com a direção do partido ligada unicamente aos trabalhadores, e estes vigilantes para não se deixarem trair por manobras e conchavos com os patrões.

A união do povo está na discussão dos problemas em casa, no campo, na cooperativa, no sindicato. Este deve ser desatrelado e unicamente dos trabalhadores na mobilização para a solução dos problemas comuns.

Alexandre Duarte Dallapicola
Estudante 11º grau
Porto Alegre — RS

LEITURA

Tive a oportunidade de ler um exemplar deste jornal e gostei muito. Gostaria se possível, fazer parte dos que o recebem.

Sendo só para o momento, antecipo meus agradecimentos.

Benedito Otavio Rocha
Poços de Caldas — MG

ISOLADOS

Há muito temos conhecimento do sucesso e aceitação do "COTRIJORNAL". por parte daqueles que percorrem a trilha do cooperativismo. E é com o pensamento voltado para avolumar nossos conhecimentos nesse campo, que estamos entran-

do em contato com a equipe de elaboração deste jornal, a fim de que possamos ter maiores informações de como poderemos adquiri-lo.

Convém salientar que, por estarmos afastados dos grandes centros do país, torna-se bastante difícil nos por-mos a par dos mais recentes acontecimentos sobre esta atividade, que é de suma importância para nós.

Marco Aurélio de Sousa Martins
Eng. Agrônomo.
Tucuruí — PA

ANIVERSÁRIO

O Cotrijornal recebeu durante este mês diversos cumprimentos por seus seis anos de circulação, completados em 20 de julho. Foram eles de Adão Juvenal de Souza, da MPM Propaganda; Museu Antropológico Diretor Pestana, da Fidene, de Ijuí; Celito de Grandi, delegado regional do Trabalho; Leonidas Ribas, secretário Estadual da Educação; Cohab-RS; Hélio Dourado, diretor do Grêmio Foot-Ball Porto-alegrense; José Amaral de Souza, governador do Estado; Octávio Germano, vice-governador do Estado; Cláudio Roberto Pereira, da Salles-Interamericana de Publicidade; dos deputados Victor Facioni e Rubi Diehl; da Assessoria de Comunicação Social da Secretaria da Justiça do Estado; de Attila Sá d'Oliveira, secretário do Meio Ambiente de Porto Alegre.



BONS, MAS NEM TANTO

Por que o Governo deu um aumento de 110% no preço mínimo da soja se ele pouca influência tem na comercialização do produto e agora está desvinculado dos valores de custeio da lavoura? Esta foi uma das surpresas dos novos preços mínimos para as safras de verão, divulgados dia 6 de agosto. A outra é que não foram dados ao feijão, ao milho e ao arroz, culturas para as quais havia a promessa de preços mais estimulantes, uma proporção igual de aumento. E isto que eles vêm sendo anunciados como produtos essenciais para "encher a panela do brasileiro", uma das ditas prioridades do atual Governo. Mais uma vez ficou provado que o grande incentivo vai mesmo para as culturas de exportação.

Era para ser antes de julho. Foi transferido para o dia 11. Não saiu. Nem no dia 18. Acabou passando o julho e o anúncio do preços mínimos para as culturas de verão não aconteceu. Quando ninguém mais esperava para antes da metade de agosto, veio a surpresa na segunda-feira, dia 6. Delfim Netto, ministro da Agricultura anunciou os novos preços dois dias antes da reunião do Conselho Monetário Nacional, que acabou só concordando com os valores divulgados.

"Não dá para entender os cálculos adotados na fixação dos preços", comentava o Paulo Roberto da Silva, agrônomo da Cotrijuf, ao analisar os níveis de aumento que foram concedidos. No caso da soja, por exemplo, que sofreu um aumento de 110% em relação ao preço do ano passado, as duas fórmulas que poderiam ser adotadas neste cálculo a partir dos Valores Básicos de Custeio, alcançariam um valor menor: Cr\$ 281,90 ou Cr\$. . . 219,30.

Pela primeira fórmula, que inclusive vinha sendo anunciada extra-oficialmente por técnicos do Governo, o cálculo seria o seguinte: Valor Básico de Custeio, dividido pela produtividade por hectare, e multiplicado por 1,66 (ou 60 por cento dos custos de produção por hectare). Por esta fórmula o preço seria Cr\$ 281,90 para a soja, Cr\$ 551,82 o feijão, e Cr\$ 163,43 o milho.

Outra fórmula que poderia ser adotada é o Valor Básico do Custeio dividido pela produtividade por hectare e multiplicado por 1,25 (que é o equivalente a 80 por cento dos custos de produção), que daria Cr\$ 219,35 para o saco de soja.

E por que dar um aumento tão grande para a soja, se o preço mínimo além de estar desvinculado do custeio, não é aquele normalmente operado no mercado? Todo mundo sabe que o preço da soja é regulado pelo mercado internacional. Assim, para o produtor, o preço mínimo pouca importância tem. A preocupação é a safra dos outros países, a oferta mundial de proteínas (girassol, amendoim, algodão, peixes, etc) e ocorrências políticas e econômicas em todo mundo:

— Alguma coisa não está bem explicada. Parece ser uma exigência dos agentes financeiros este preço relativamente alto, para que eles tenham segurança ao conceder os créditos de custeio. O Proagro, como se sabe, é calculado em cima do preço mínimo. Então, se o produtor colher 15,5 sacos de soja, com este preço de Cr\$ 315, tem condições de pagar o Banco. Se colher só 10, o Proagro paga o resto.

Como a partir dos valores de custeio, concedidos tomando como base faixas de produtividade, não se chega a este valor, Paulo Roberto acredita que, possi-

| PRODUTO | UNIDADE | PREÇO MÍNIMO | | VARIAÇÃO |
|---------|---------|--------------|--------|----------|
| | | 78/79 | 79/80 | |
| Soja | 60 kg | 150,00 | 315,00 | 110,0 |
| Milho | 60 kg | 108,00 | 185,40 | 71,7 |
| Arroz | 50 kg | 182,00 | 320,00 | 75,8 |
| Feijão | 60 kg | 369,00 | 612,00 | 65,8 |

Obs: ainda estão incluídos na política de preços mínimos o amendoim, girassol, gergelim, mamona, menta, babaçu, sorgo, castanha caju, castanha Brasil, guaraná, algodão, seda, juta/malva, mandioca, cera carnaúba, sisal e rami.

velmente, o Governo tenha se baseado nos cálculos da Fecotrijo, que estimou em Cr\$ 313,00 o custo de produção da soja em lavouras cultivadas em sucessão com trigo e de Cr\$ 333,00 para lavouras isoladas (isto antes do aumento do óleo diesel, fertilizantes e alguns defensivos).

O preço realmente superou as expectativas, afirma o Paulo Roberto. Só que ele pouco interessa agora para o produtor de soja. Ele está inclusive abaixo dos preços atualmente praticados (uma média de Cr\$ 350,00) e será, sem dúvida, bem inferior aos preços de comercialização da próxima safra.

E O INCENTIVO?

O que não dá para entender é a razão de a soja ter recebido um aumento tão maior do que as culturas que, como diziam, seriam mais incentivadas: arroz, feijão e milho.

O feijão, por exemplo, produto essencial na alimentação do brasileiro, foi o que menor percentual de aumento recebeu: 65,8. De Cr\$ 369,00 o saco de 60 quilos ele passou a ter um preço mínimo de Cr\$ 612,00, o que está perto daquilo que hoje os produtores gostariam de receber (veja matéria na página 8). Só não dá para esquecer que este preço estará valendo para a próxima safra que será colhida em dezembro. Até lá já estará mais uma vez defasado.

Esta é uma das razões pela qual o ministro Delfim Netto não tinha muita pressa em fixar os preços mínimos, na tentativa de aproximá-lo mais dos preços de mercado. É que já sabe que os ministros da área econômica (do Planejamento e Fazenda, por exemplo) dificilmente vem engulindo, nestes anos todos, os preços que o ministro da Agricultura, qualquer que ele seja, venha a sugerir. Cada um defende a sua: uns tentam conter o dinheiro e o outro procura largar.

Isso sem contar que os técnicos responsáveis por sua elaboração andavam perdidos nos cálculos. Como definir um preço único, se cada cultura recebeu um valor básico de custeio diferenciado por

faixas de produtividade e ainda por aplicação, ou não de calcário?

Enquanto isto, o produtor fica esperando. Sem saber o preço que receberá é bem mais difícil definir qual a área de plantio e qual a cultura a formar.

Para o milho, os Cr\$ 185,40 estabelecidos (aumento de 71,7% em relação ao preço anterior, de Cr\$ 108,00), também não parece ser ruim. Hoje, por exemplo, quando estão sendo comercializados apenas os excedentes de safra, o preço fica oscilando entre Cr\$ 203, e Cr\$ 204,00. Mas o incentivo não foi tão grande como o prometido, pois é rotineiro que no início da safra, aí por novembro — dezembro, o produtor só ganhe realmente os Cr\$ 185,40, ainda mais se a produção no geral for boa.

Agora o caso do arroz: o preço de Cr\$ 320,00 por saco de 50 quilos representa um grande avanço se comparado aos Cr\$ 182,00 que estavam vigorando. Mas ainda é um preço inferior à expectativa do custo efetivo da produção, calculado pelo IRGA (Instituto Riograndense do

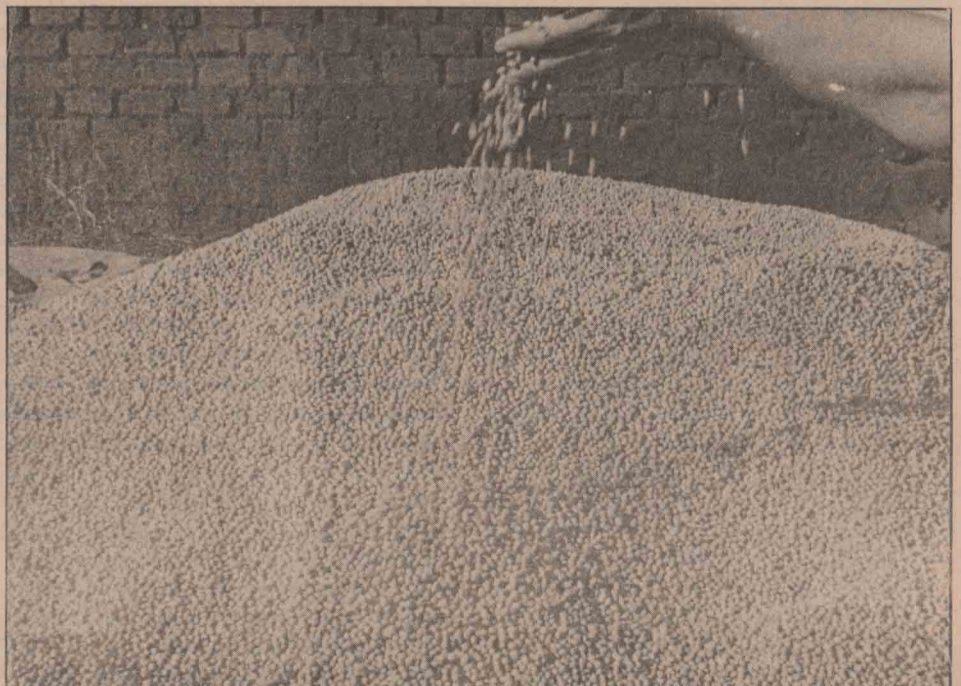
Arroz) em Cr\$ 364,00 antes do aumento de 50% do óleo diesel. Seu custo atual deve ir para mais de Cr\$ 400,00 segundo os cálculos da Fearroz (Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul).

UM PÉ ATRÁS

O Governo sempre tem usado como argumento para não dar um preço mais compensador às culturas não exportáveis a necessidade de manter em níveis mais acessíveis os preços para o consumidor. Mas na verdade, sabemos que esta justificativa não é muito válida. Entre o preço que ganha o produtor por aquilo que vende e o que paga o consumidor, ficam muitos cruzeiros na mão dos atravessadores. Assim no feijão, no milho, nas verduras, nos legumes. Em tudo. O consumidor paga caro e o produtor não ganha o suficiente.

São ruins estes preços? Em princípio parece que não. Pelo menos os percentuais concedidos, de uma forma geral, são bem mais expressivos que nos anos anteriores. Mas alguma coisa não está bem contada em toda história, principalmente em relação à soja. O Paulo Roberto, por exemplo, que é o responsável pelo planejamento técnico da Cooperativa, afirma que ficou com um "pé atrás".

O problema sempre foi o preço dos produtos. Crédito, na verdade, apesar de atingir a poucos produtores, existe. Então, não é de duvidar que alguma coisa a mais possa acontecer para mudar um pouco o panorama. Se o agricultor agora, por exemplo, reclamar de outros aumentos que possam onerar os custos de sua lavoura — óleo, fertilizantes, defensivos, etc. — não é de duvidar que o pessoal venha com a seguinte justificativa: "ué, mas vocês não ganharam bom preço pelos produtos?" E daí?



Maior aumento ficou com a soja

NA CARONA DOS OUTROS AUMENTOS

Seu Erno Mertinf levou um susto na hora em que foi fazer sua reserva de sementes e adubo para a lavoura de soja. O adubo que ele queria, a fórmula 4-28-20 estava custando Cr\$ 7.800,00 a tonelada contra os Cr\$ 4.490,00 que pagou na safra passada. "Assim não vou poder adubar a lavoura este ano. Se inventa de vir outra frustração não vou agüentar pagar o financiamento". Não foi só seu Erno quem pensou assim. Realmente o susto é grande. Tão grande como o aumento que sofreram todos fertilizantes ensacados, numa média de 68%. Tanto que para a lavoura de soja, os fertilizantes vão representar um investimento de 28% sobre total que o agricultor vai aplicar na sua formação, contra os 12% que este item contava na safra passada.

O mais fácil de acontecer, nesta hora, é o agricultor economizar alguns quilos de fertilizantes na preparação da terra. Deixar de comprar ele não pode, porque o financiamento da lavoura está condicionado à aquisição de adubos. Se plantar com semente própria é ele mesmo quem decide. Mas no que depender de bancos, só o que resta é comprometer tecnicamente sua lavoura, aplicando menores quantidades do que o recomendado. E isto muitos já prometeram fazer, "pois se dá outra estiagem, o adubo até vai ajudar a queimar mais rápido a planta", como dizia o seu Erno.

O pior é que ao anunciar os valores

básicos de custeio para as próximas safras, o Governo não considerou este aumento. No caso da soja, por exemplo, o financiamento de custeio aumentou em relação ao do ano passado apenas 17 por cento, mesmo que ele agora passe a atuar nas regiões onde ocorreu frustração de safra, a 100 por cento:

Para entender este reajuste tão grande nos fertilizantes é praticamente necessário que se saiba muita coisa de economia internacional, jogos de interesse e assim por diante. Que a situação econômica mundial não está muito fácil, com crises por tudo quanto é canto e preços que sobem vergonhosamente, muita gente já es-

tá sabendo. Afinal, se sente na carne estas coisas. O difícil, porém, é perceber o porquê destas coisas.

Bons tempos aqueles em que os fertilizantes tinham subsídio de 40%. O pessoal ainda não deve ter esquecido, pois faz pouco tempo que isto foi eliminado. Na verdade ele existiu só por dois anos, em 1976 e 77, quando o produtor além destes 40%, só pagava o juro normal de financiamentos agrícolas, na base de 15% ao ano. Também ainda não se esqueceu porque deixou de existir este subsídio: o golpe do adubo papel. Pelo menos umas 2.500 pessoas se envolveram nesta trama, até hoje não bem esclarecida. O resultado é que acabou o subsídio. Só o que continua subsidiado é o juro sobre fertilizantes, que não incide sobre os financiamentos contraídos pelo produtor.

A DEPENDÊNCIA

Este aumento de 68 por cento foi concedido pelo CIP (Conselho Interministerial de Preços), atendendo um pedido das indústrias de fertilizantes. Como argumento, os empresários mostraram os balanços do último ano, onde, invariavelmente o resultado foi negativo, e ainda uma série de ocorrências no mercado internacional (veja a matéria abaixo).



Baggio: hora do filé mignon

Elas realmente não são poucas e acabam influenciando de alguma forma no mercado brasileiro de fertilizantes. Afinal, a dependência do Brasil nesta área é praticamente total. Ano passado, por exemplo, importamos mais de 70 por cento da matéria prima necessária para a produção destes fertilizantes, segundo informação do Sindicato dos Adubos e Cola do Estado de São Paulo. E não é exatamente por falta absoluta de matéria prima nacional. De Nitrogênio, que é um derivado do petróleo, o Brasil pouco produz. De Fósforo (o P das fórmulas de fertilizantes), existem algumas jazidas que, de acordo com os técnicos, são anti-econômicas para exploração. O preço final acaba sendo maior que o da matéria prima importada. Já de Potássio (o K das fórmulas), não temos absolutamente nada, importando 100 por cento do que é necessário para atender a procura.

"Vítimas da crise"

A situação atual das indústrias e as causas que provocaram este aumento, são apresentadas, em nome do Sindicato de Indústrias de Adubos do Rio Grande do Sul, pelo empresário Antônio Cortez, chefe da área de suprimentos da CRA (Companhia Rio-grandense de Adubos). Ele desenrola um novelo bem extenso, onde estão envolvidos uma série de fatos que tentam explicar a necessidade e a validade deste aumento.

O primeiro que aparece é a crise político-religiosa do Irã. Este País do Oriente Médio, viveu nos primeiros meses do ano uma revolução popular que derrubou um verdadeiro Império das 1.001 Noites, comandado pelo xá (o equivalente a um rei) Reza Pahlevi. Ele foi substituído por líderes religiosos, que fizeram do Irã (a antiga Pérsia dos livros escolares) uma República Islâmica.

Se não fosse a importância do Irã no fornecimento de petróleo para o mundo inteiro, talvez esta revolução não levasse a conseqüências tão desastrosas para a economia mundial. Mas não é bem assim: o Irã é o segundo maior produtor de petróleo do mundo, extraindo de seus poços 4 milhões de barris diários. Só para comparar: no Brasil foi fixada num máximo de 960 mil barris por dia a importação de petróleo. Assim dá para ver que a crise iraniana, quando inclusive foram suspensas por um período de tempo as exportações, trouxe conseqüências, tanto direta como indiretamente, para o Brasil e todos outros países importadores de petróleo.

Um segundo ponto a considerar, se-

gundo Cortez, são os novos aumentos "normais" de preços do petróleo pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Ele explica o porquê de normais entre aspas:

— Por "normais" entendemos os reajustes anuais que sofre o petróleo para compensar a perda de poder aquisitivo pelo dólar. "Anormais" chamamos aqueles por toneladas adicionais que necessitaram os consumidores pela interrupção de fornecimento pelo Irã.

INSTABILIDADE

E o caso não é só com o Irã: todo Oriente Médio vive um clima de instabilidade política. É uma região de solos ricos em minérios, em petróleo. Só que a riqueza que a exploração do petróleo proporcionou nos últimos anos, está concentrada nas mãos de poucas pessoas que tem acesso ao poder ou em volta dele andam circulando. E a velha briga entre árabes e o pequeno Estado de Israel, por questões religiosas, territoriais, ideológicas, políticas etc., é algo que está sempre presente.

Como se não bastasse tudo isto, existe ainda, talvez como conseqüência ou por causa destes fatores, a instabilidade do dólar. A moeda americana, que é empregada em todos negócios internacionais de exportação e importação, vive uma fase crítica, alcançando as menores cotações dos últimos anos. Com isto, o dólar remunera fracamente a todos os países produtores e exportadores de outras áreas que não os Estados Unidos. Quer dizer o seguinte: fora dos Estados Unidos, todos os outros países estão re-

clamando dos preços que obtêm, em dólar, pela exportação de fertilizantes e outros produtos.

Cortez então conclui:

— É um conjunto de forças intercaladas, não diretamente ligadas a fertilizantes, mas que poderão causar uma reviravolta maior ainda no panorama mundial de oferta e demanda de fertilizantes.

PARTE POR PARTE

Cortez começa então a contar, por partes, como está a situação de cada um dos elementos de maior importância na fabricação dos adubos para agricultura:

A amônia anidra, um derivado do petróleo, que junto com a uréia e sulfato de amônia, é um dos principais produtos que permitem a sintetização do Nitrogênio, está mostrando uma tendência de alta nos preços em todos mercados mundiais. A causa principal seria o corte nos fornecimentos de gás natural pelo Irã. Na área do Nitrogênio, balançou ainda o mercado a venda de 400 mil toneladas de uréia para a Índia pela Nitrex, uma das multinacionais que controla o setor de fertilizantes no mundo. Só para comparar: ano passado o Brasil importou para atender todas suas necessidades 361.154 toneladas de uréia. Além disto, há agora uma carência mundial de sulfato de amônia, que até janeiro deste ano era o produto com maior disponibilidade no mercado internacional. A falta de sulfato foi provocada, segundo Cortez, por algumas vendas de grande volume realizadas por parte dos produtores americanos a um preço considerado bastante reduzido (aproxima-

damente 60 dólares a tonelada contra os 82 dólares que vigoravam no Brasil em outubro do ano passado). Com isso, os estoques ficaram reduzidos a níveis relativamente baixos.

Na área dos Fosfatados, de onde será obtido o Fósforo presente nas fórmulas de adubo, a situação não é muito melhor. O ácido fosfórico, por exemplo, se tornou o produto mais crítico. Explica-se: é uma das vítimas diretas, junto com a amônia, da crise iraniana. O Irã havia se comprometido a vender ácido fosfórico e enxofre para Índia e África do Sul. Mas acontece que o Irã simplesmente interrompeu suas exportações. E a África do Sul, que havia entrado no mercado para comprar entre 400 a 500 mil toneladas de ácido fosfórico, exatamente no período da safra americana, (que vai de março a junho) é o maior fornecedor para o Brasil deste produto. Então, se faltou produto na África, faltou também para o Brasil.

Além disso, existe um fator novo nos Estados Unidos: os consumidores se mostraram mais interessados em comprar ácido fosfórico do que supertríplo para a fabricação de fertilizantes líquidos. Isto então causou uma maior procura de ácido em todos Estados Unidos, se refletindo também na escassez de supertríplo atualmente no mercado americano. Só que mesmo existindo este aumento na procura de ácido fosfórico nos últimos anos, apenas um país, em todo mundo — o Marrocos, que fica no Norte da África — fez investimentos na construção de novas fá-

A ESPECULAÇÃO

Adelar Baggio, coordenador do centro de Ciências Agrárias da Fidene, de Ijuí, acredita que realmente o panorama mundial é, em parte, responsável por estas coisas. Mas não se pode esquecer que sempre, em épocas de crise, alguém sai ganhando alguma coisa. Existe uma especulação muito grande e uma série de jogadas no mercado, (o que é uma característica das economias capitalistas) que são, efetivamente, baseadas em fatos reais. A crise no Irã no início do ano, um dos maiores fornecedores mundiais de petróleo (e portanto das matérias primas necessárias para a produção de nitrogenados) é uma realidade, assim como uma série de outros fatos apresentados pelos empresários, não deixam de ser verdadeira. Só que alguém, por trás de tudo isto, deve estar levando uma boa fatia do bolo. Além disso, é muito cômodo atribuir à "crise" de energia, o papel de vilão da história.

Baggio lembra ainda a rearticulação que existe, no mundo inteiro, na produção de alimentos e fertilizantes. A população cresce e precisa de comida. Então os proprietários dos alimentos e fertilizantes, estão tentando assumir o comando das coisas, criando tecnologia e impondo como a melhor forma de atingir este objetivo. Isto, obviamente, desequilibra o mercado e favorece aos grandes grupos.

OFERTA E PROCURA

Conta ainda a lei da oferta e da procura. Hoje é difícil conceber a produção de alimentos sem a aplicação de adubo na terra. Realmente as produtividades alcançadas por lavouras que empregam insumos modernos, mal pode ser comparada aos tempos de antigamente.

Se a procura de fertilizantes é alta, os preços sobem. Basta ver no ano passado, na época do plantio do trigo, quando

as empresas de fertilizantes vendiam seus produtos com preços até abaixo da tabela permitida pelo CIP (Conselho Interministerial de Preços). Interessava, na época, liquidar os estoques e faturar aquilo que fosse possível, já que a procura era pequena. Este ano aconteceu o inverso: muita gente plantou trigo (talvez buscando uma recuperação depois da safra frustrada de soja) e muito adubo foi colocado na terra.

Há ainda outra coisa a considerar, conforme a idéia de Baggio: este é um momento típico do final de um ciclo. No caso o da soja. É a hora em que alguns agricultores estão bastante convictos de que a soja não é mais o melhor negócio, que existem outras culturas que, mesmo com um investimento maior ou igual, podem render mais. Só que toda estrutura das propriedades agrícolas está voltada para a soja: são máquinas, financiamentos a pagar, etc. E isto não se muda de uma hora para a outra:

— Agora as indústrias estão saboreando seu filé mignon. E estão certas, pois sabem que ainda por algum período muitos agricultores produzirão soja. E este agora é o ponto alto de seu negócio.

BAIXA FERTILIDADE

Mesmo que não se plantasse apenas soja — que é o caso mais expressivo — ou arroz ou milho, seria ainda preciso adubar a terra. O solo gaúcho, por exemplo, apresenta em sua grande maioria (80% da área) uma baixa fertilidade natural. O mesmo acontece na região do Mato Grosso do Sul onde a Cotrijuí está instalada. É muito grande a carência de fósforo e matéria orgânica nestes solos, exatamente aquilo que vai dar à planta a capacidade de produzir.

Os solos de quase toda região Pioneira da Cooperativa, por exemplo, têm,



em condição natural, de 1,5 a 2 partes por milhão de Fósforo, quando para produzir são necessárias 9 partes por milhão. O Luiz Volney Mattos Vian, agrônomo da Cotrijuí, explica melhor este negócio:

— Considerando uma camada de

terra com 20 centímetros de profundidade em um hectare, ela pesaria aproximadamente 2 milhões de quilos. Nesta quantidade se teria, então, de 3 a 4 quilos de Fósforo, quando seriam necessários pelo menos 18 quilos. →

no. Acontece que houve uma diminuição na produção de cloreto nos Estados Unidos em virtude da exaustão das minas do Novo México. Com isso, o Canadá se tornou o maior responsável pelo mercado internacional de cloreto.

IMPOSIÇÕES

Um fator novo, e que traz um ar mais sério ainda a todo este panorama, é o da disponibilidade de vagões ferroviários em Houston, que é um dos principais portos americanos. A empresa ferroviária que domina este meio de transporte, impôs aos grandes produtores americanos de cloreto um regime diferente de locação de vagões. Assim, cada uma das empresas tem à sua disposição apenas uma porcentagem do número de vagões que recebeu nos últimos anos. O porquê desta imposição Cortez não sabe explicar:

— O que se sabe é que esta falta de vagões ferroviários tem o mesmo efeito de uma suspensão prática das exportações, pois ninguém arriscará mandar um navio para Houston sem garantia de que vai poder carregar o produto. Isto então está criando sérios problemas para o Brasil.

Acontece que mesmo os Estados Unidos não extraindo potássio de suas minas, ele continua sendo um dos maiores exportadores de cloreto do mundo inteiro. Os fabricantes compram o produto do Canadá, neste caso, e depois vendem a outros países.

Em relação ao Enxofre, de onde se produz os sulfatos empregados no beneficiamento da rocha fosfática natural, a situação é muito estranha: existe uma grande disponibilidade do produto no mercado mundial, com o Canadá e os Estados Unidos mantendo verdadeiras montanhas de enxofre nos parques das fábricas. Mas o preço sobe. Cortez explica porque:

— Os americanos e canadenses controlam a movimentação do enxofre, mas nenhum dos dois países pode economicamente aumentar suas exportações para o mercado internacional. É que a falta de vagões ferroviários e terminais apropriados têm mantido a capacidade de fornecimento dos dois países a níveis mais baixos do que poderiam formar. Além disso existe a crise do Irã, reduzindo de 500 a 700 mil toneladas a oferta de enxofre no mercado, sem contar o severo inverno na Polônia (outro grande fornecedor), que não pode cumprir integralmente seus contratos.

Neste caso do enxofre, segundo Cortez, foi criada uma falta mundial de movimentação de produtos e não propriamente de produtos. Só que para os compradores o efeito é quase o mesmo: menor disponibilidade e preços mais altos.

Tudo isto provocou uma tremenda elevação nos custos das matérias primas e fertilizantes importados pelas indústrias brasileiras. E é preciso somar ainda a estes reajustes, a desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar. Se em outubro do ano passado, quando as indústrias começaram a sentir mais de perto os reflexos destes aumentos, cada dólar valia Cr\$ 19,15, em julho seu valor era Cr\$ 26,115, o que representa um aumento de 36,3%. Desta forma, os reajustes nos preços de matérias e fertilizantes foram realmente bem mais expressivos, em variações que vão de 57% até 75%, dependendo do produto.

Aumentos semelhantes sofreram os preços dos fretes. Do Golfo Pérsico, de onde é enviada a produção do Oriente Médio, o aumento foi de 81% em relação a outubro do ano passado. Da África para o Brasil de 54%; e da Europa de 48%.

OUTRO AUMENTO?

É por isto tudo que Cortez, sempre falando em nome do Sindicato de Adubos do Rio Grande do Sul, afirma que nem estes 68 por cento de aumento são suficientes para equilibrar os orçamentos das indústrias. Tanto que o presidente do Sindicato, Ademir Schiavon, ficou ocupado durante duas semanas em peregrinações por gabinetes oficiais tentando conseguir um novo reajuste para este ano:

— Este aumento mal compensa os déficits que as empresas tiveram durante o primeiro semestre do ano. Se não for concedido um novo reajuste a situação ficará muito difícil.

Tanto que, segundo ele, as empresas estão importando apenas a matéria prima estritamente necessária para operar. Em alguns casos, os fabricantes inclusive reduziram suas importações:

— Hoje existe falta de matéria prima em todo País. Em São Paulo, por exemplo, não existem mais nitrogenados. A falta de ácido fosfórico no mercado fez com que duas empresas paulistas inclusive parassem sua produção. Hoje, no Rio Grande do Sul está em falta o cloreto de potássio, por um atraso de embalagens lá fora.

A situação, segundo ele, é tão difícil que alguns fabricantes estão sendo forçados a não entregar produto aos misturadores, esperando melhores definições (no Rio Grande do Sul, das dezenas de empresas instaladas, apenas três — a CRA, Adubos Luschinger, Madorin e Fertisul — produzem fertilizantes. As demais são apenas misturadores):

— E quem se arriscar a ficar com estoques no final do ano, estará realmente muito mal.



Cortez: evitar os estoques

bricas, que só entrarão em produção depois de 1980. Mesmo assim, esta nova produção possivelmente já está comprometida devido a escassez de produto que está sendo esperada para o segundo semestre deste ano.

Na área do Potássio (o K das fórmulas de adubo) este ano de 1979 será lembrado pelos produtores como aquele que ofereceu os melhores preços nos últimos 20 anos. E isto que o Potássio sempre foi o produto mais barato em relação ao Nitrogênio e ao Fósforo. Explica Cortez:

— A gente nota um concentrado esforço para aumentar os preços do produto. Isto se deve possivelmente em consequência de um fator importantíssimo e pouco observado até agora: os preços e disponibilidade de cloretos de potássio estão agora nas mãos dos canadenses. Eles controlam hoje, não apenas o mercado internacional como até mesmo o america-

O teor de matéria orgânica natural destes solos também é baixo em relação ao que seria necessário: são apenas de 2 a 2,5% quando deveriam existir 5% de matéria orgânica. Conta o Volney:

— Não podemos, desta forma, dispensar a adubação química. É uma realidade da qual não podemos fugir.

Mas e como se produzia antigamente sem aplicar adubo, hem Volney?

— É que antigamente se plantava em solos de mato, que possuem altas quantidades de elementos nutritivos. Ainda hoje, nos solos das unidades Ciríaco e Charrua (que são solos pedregosos como na região de Tenente Portela) ou ainda Bagé e Ponche Verde (em Dom Pedrito), são necessárias doses mais fracas de fertilizantes para obter uma boa resposta da terra. Estes solos têm um teor de matéria orgânica maior.

ADUBAÇÃO ORGÂNICA

A adubação é uma necessidade também nos tempos de hoje pois a estrutura de produção é diferente. Antes, quando se plantava de tudo um pouco, a preocupação era alimentar a família e, quando possível, vender o que sobrasse. Hoje não: o agricultor se acostumou a plantar para vender. Aí precisa por adubo na terra mesmo para alcançar altas produtividades. O que pode mudar são as quantidades de fertilizantes a aplicar no solo. E esta adubação, segundo Volney, pode ser tanto química como orgânica:

— O que interessa é fornecer os elementos nutritivos para o desenvolvimento da planta. Tecnicamente a adubação orgânica é mais rica, pois além dos elementos maiores (Nitrogênio, Fósforo e Potássio), ela ainda tem elementos menores, que são chamados microelementos (Cobre, Mag-

nésio, Zinco e outros). Por si só ela já seria suficiente, dispensando, quem sabe, os adubos químicos. O problema é que hoje, por uma questão de volume, não temos condições de substituí-los integralmente.

Realmente, uma adubação orgânica bem feita exige grandes quantidades de matéria, seja estrume ou seja palha. Um hectare exige de estrume, por exemplo, uma quantidade que varia de 300 a 500 toneladas para aumentar em 1% seus níveis de matéria orgânica, (isto considerando a camada de 20 centímetros. As recomendações normais para adubação são de 30 a 40 toneladas). Mas produzir tantas toneladas de estrume na propriedade é que são elas. Um leitão, por exemplo, em um período de seis meses (que é mais ou menos o tempo que leva para se desenvolver até o abate) produz uns 600 quilos de estrume. Então, considerando só os leitões, seria necessária uma criação perto de 800 animais para melhorar só um hectare de cada vez.

REDUZIR O QUÍMICO

Mas o produtor pode adotar ainda outras medidas que aumentem o teor de matéria orgânica, reduzindo com isso a quantidade de adubo químico a ser empregada. Diz o Volney:

— Isto, é claro, dentro de um processo racional, não pensando apenas em reduzir as quantidades de adubo e correr o risco de não produzir nada.

A primeira medida que aparece, e a principal neste momento, é a prática de incorporação da resteva. O produtor (e os técnicos estão desconsolados com isso) oferece muita resistência em aproveitar a palha, preferindo queimá-la para reduzir o serviço na preparação do solo:

— E isto quando nós todos sabemos



Volney: adotar outras práticas

que a incorporação da resteva de qualquer cultura é uma das práticas que mais vai favorecer a formação de matéria orgânica no solo. Queimando a palha o agricultor põe fora uma quantidade bem grande de adubo, além de favorecer a erosão.

E qualquer palha se presta para a formação de matéria orgânica. A de trigo inclusive, que dificilmente é incorporada, é uma das melhores segundo Volney.

A palha do trigo é rica em lignina, uma substância bastante resistente a ácidos orgânicos, que origina a formação de matéria orgânica no solo. É por estas razões que a palha de trigo, mesmo que demore mais a se decompor do que a de soja, vai formar uma matéria orgânica de grande valor, devolvendo ao solo muitos dos nutrientes retirados pela planta durante seu desenvolvimento. Já a palha de soja é rica em Nitrogênio, o que explica sua rápida decomposição.

Outra prática que pode ser adotada é a adubação verde. Com ela, se vai incor-

porar Nitrogênio gratuitamente no solo. A adubação verde consiste em plantar leguminosas, deixar crescer e depois incorporá-las no solo. Uma das finalidades do tremoço, por exemplo, é esta. Ele é uma leguminosa que através de bactérias que se fixam nas raízes da planta, "pega" o Nitrogênio do ar, incorporando então este elemento ao solo e acelerando a formação de matéria orgânica.

Os adubos químicos, por outro lado, não fornecem esta matéria orgânica que os elementos naturais têm condições de formar. Eles aumentam os níveis de fertilidade do solo, mas também só fazem isso. E, na verdade, um solo fértil não é entendido apenas pela quantidade de elementos nutritivos que ele apresenta, mas também por características físicas, como porosidade, capacidade de retenção de água e melhoria na sua estrutura.

Este ano entrou no mercado um adubo orgânico industrializado que não deixa de ter, porém, uma pequena quantidade de adubo químico. Ele é resultado de um carvão mineral tratado para que seus elementos químicos possam ser aproveitados pela planta e enriquecido com pequenas quantidades de Nitrogênio, Fósforo e Potássio (sua fórmula é 8-12-5). Uma das vantagens deste adubo é o preço: Cr\$ 5.780,00 a tonelada contra os Cr\$ 7.800,00 da fórmula 4-28-20 ou os Cr\$ 7.600,00 da 3-30-15, ambos adubos puramente químicos. E tem outra coisa ainda: uma tonelada deste adubo, corresponde a 35 toneladas de esterco. Se a terra não ganha muito em NPK, ficam expressivamente aumentados seus níveis de matéria orgânica. Só tem uma desvantagem: os financiamentos para este adubo sofrem juros, exatamente por ele ser um produto orgânico.

Economia

Seu Jaime Wender é um dos associados mais conhecidos lá em Ijuí pelo capricho com que leva sua propriedade, que fica no Parador. Pois seu Jaime agora acabou de construir — ele mesmo — um tonel bem grande que vai usar para esparramar esterco líquido nas suas lavouras:

— Quem me animou com isso foi o Waldir Groff, o veterinário da Cooperativa. Ele me disse que tinha um irmão, lá em Giruá, que tinha uma coisa assim. Então eu, interessado na economia de adubo, fui conversar com ele e ver como é que era isto.

O tonel vai funcionar de uma maneira bastante simples: colocado em cima de uma carretinha, seu Jaime vai deixá-lo perto das estrumeiras para encher até um tanto com esterco dos porcos, colocando um pouco de água junto. Depois, puxando com o trator, a carretinha vai para a lavoura, com o tonel em cima, quando será aberto um registro que controla a vazão do líquido que será esparramado na terra. E assim se vai passando de um canto para o outro, adubando organicamente estas lavouras.

Construindo em casa mesmo o tonel, seu Jaime gastou Cr\$ 7.000,00 e calcula que economizou uns 50% em seu custo. Ele também tem todo material que precisa: solda e assim por diante. Foi só comprar as folhas de alumínio e o registro e começar a trabalhar. Para se assegurar do negócio ele fez até uma experiência:

— Pegamos um tonel destes de óleo, botamos esterco e água dentro e esparramamos lá num trecho onde se plantou alfafa. Foram 5 mil litros em menos de um hectare, e um trabalho muito difícil, porque o tonel não era apropriado. E para



Jaime: tecnologia própria

experiência, deixamos um trecho sem botar o estrume líquido. Só para ver a diferença: onde foi este adubo a aveia já deu três cortes e está se aprontando para mais um. Onde não se botou não deu nenhum corte ainda.

Hoje seu Jaime tem uns 250 porcos, mas está planejando aumentar a criação. Só precisa terminar de construir o novo chiqueiro, que ele mesmo e os filhos estão se encarregando de fazer:

— Nós agora estamos aproveitando muito pouco deste estrume. Agora, quando tudo estiver pronto, a carretinha e o chiqueiro, daí sim não vamos botar nada fora. De primeiro vamos usar o esterco líquido mais na alfafa, feijão, batatinha, deixando de lado estes adubos químicos. Depois, quando sobrar mais esterco, vamos ver se dá para adubar toda terra.

Tradição

Esterco na lavoura é coisa antiga na propriedade dos Lorenzoni, na Colônia Santo Antônio, em Ijuí. É uma área de 70 hectares trabalhada em conjunto pelo pai, Gabriel, e os filhos Antônio e Joaquim. E não é só esterco que eles põem na terra, não. Eles fazem um composto, onde ainda misturam palha.

Quem conta como a coisa funciona é o Antônio:

— Já fazemos mais de 15 anos que nós fizemos aqui este composto. Se começou com bagaço de cana, depois passamos para a palha de soja e agora usamos a palha de arroz, coisa que pouco colono tem.

Explica-se: os Lorenzoni ainda têm um moinho, daqueles coloniais, onde beneficiam para toda redondeza o milho e o arroz que os vizinhos colhem. E toda aquela casca do arroz eles aproveitam para adubar a terra:

— A gente viu que isto era muito bom, acostumados que se estava a usar só o estrume, o que já era meio que uma tradição da gente.

O composto realmente não é muito rápido para ficar pronto. Leva coisa até de um ano, como explica o Antônio.

Fazer o composto não é muito difícil. Só que dá trabalho. Os Lorenzoni fizeram uma estrumeira atrás do chiqueiro e, de vez em quando, vão colocando a palha, formando uma camada de esterco e outra de palha e assim por diante.

Como a criação dos porcos é pequena, numa média de 25 a 30 cabeças, o esterco que eles conseguem reunir também não é lá muita coisa. Tanto que levam quase um ano para encher a estrumeira, que tem uma capacidade de 15 toneladas de composto, o que não dá para adubar um hectare.



Antônio: comparar a produção

— O ideal é botar de 40 a 50 toneladas de composto por hectare.

Nas lavouras de área maior eles não estão adubando com este composto, por absoluta falta de material. Mas nas parreiras, na horta, no milho, na aveia e alfafa não deixam de plantar sem adubar a terra desta maneira:

— Tem casos que a gente ainda completa com adubo químico, como acontece na aveia e no milho, por exemplo. Mas é só comparar a produção de onde se botou composto e onde não se botou. No milho, onde não se pôe composto, é só para ver como a planta resseca a falta de chuva.

Tem muito trecho da área dos Lorenzoni que nunca viu o composto de perto, isso só pela dificuldade em produzir grandes quantidades de cada vez:

— No nosso caso, se a gente pudesse aproveitar todo esterco, também das vacas, acho que dava para adubar uns três hectares por ano. E se o composto for bem feito e colocado em boa quantidade só vai precisar adubação de novo dali uns quatro ou cinco anos.

O trabalho de adubação de um francês para quem a agricultura biológica é

QUASE UMA OBSESSÃO

Telmo Frantz *

Do dia 10 de abril ao dia 3 de maio de 1978 tive a oportunidade de conviver com uma família de agricultores do Leste da França, na pequena localidade de Oigny. Ali eles praticam uma agricultura biológica, não utilizando adubos químicos na reposição da fertilidade de suas terras. Só aplicam adubos orgânicos, principalmente o composto de estrume e palha, e adotam um complexo sistema de rotação de culturas.

As atividades da família de Jean Nütinck, este agricultor francês, iniciaram em 1962, sobre 100 hectares arrendados de seu pai, dedicando-se principalmente à produção de leite. Para tanto, mantinha em 1978, 42 vacas leiteiras, procurando estabilizar o plantel mais ou menos nesta média.

Preocupado em obter bons rendimentos, Nütinck foi desde o início muito sensível à modernização da produção. Assim, até 1969, encontrava-se na ponta da agricultura, seja no que se refere à mecanização, como na utilização de adubos químicos, herbicidas, inseticidas, tratamento e prevenção de doenças do gado bovino.

MUDANÇA DECISIVA

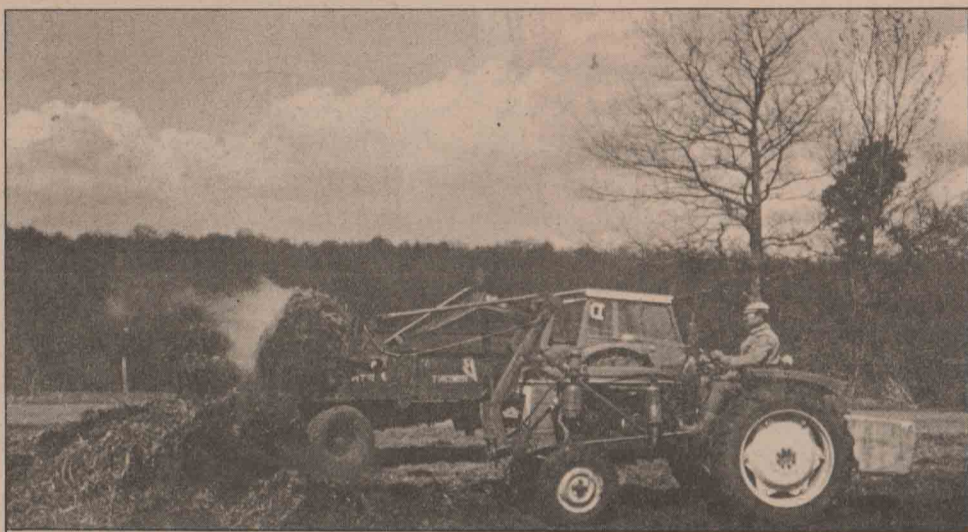
Aquele ano marcou também o início de uma mudança decisiva: a passagem à agricultura biológica. A principal razão para o abandono da agricultura química foi, segundo ele, as doenças do gado: "Nós havíamos conhecido altos rendimentos até 1969, quando conhecemos também as doenças do gado, para as quais o veterinário não podia fazer mais nada. Dois anos após adotarmos a cultura biológica, retomamos gosto à vida e o gado não está mais sujeito às doenças".

Para o agrobiologista, o fundamental é pensar nas necessidades do solo e não apenas nas da planta. Se o solo está equilibrado na sua composição natural, ele favorece um crescimento normal da planta. Quando se pensa somente nas necessidades da planta, se tem a tendência, segundo eles, de perceber o solo apenas como um mero "lugar onde ela se fixa" ou ainda um simples "depositário de NPK". Segundo os biólogos, essa forma de perceber a relação solo-planta tem como resultado final o desequilíbrio e a morte da terra. Os tratamentos artificiais de crescimento não têm, portanto, sentido para eles.

Para um agricultor biológico, o solo é vivo e, como tal, deve ser respeitado em seus ritmos e características biológicas. Assim ele permanecerá vivo e será capaz de transformar e produzir a partir de suas próprias forças. Dentro desse raciocínio, se deveria incorporar à terra os elementos naturais orgânicos dos quais ela tem realmente necessidade para manter sua vida, cujo equilíbrio é constantemente ameaçado pela exportação dos elementos através da produção comercial. A constituição da terra é bem mais complexa e rica que a fórmula NPK.

TRABALHO FAMILIAR

Nütinck é casado e tem quatro filhos, três moças e um rapaz, todos estudando no nível secundário. Na ocasião somente a filha mais velha, de 19 anos, estava em casa participando das atividades do dia a dia. O único rapaz, de 16 anos, faz o curso de técnico agrícola e deseja retornar para casa e assumir a continui-



Na fertilização, o essencial é o composto

dade do estabelecimento. É raro o emprego de mão-de-obra assalariada, sendo a produção baseada no trabalho da família. Mas em épocas de safra observa-se a presença de estagiários de Escolas Técnicas.

É preciso lembrar que na Europa o inverno é longo e rigoroso. Os animais permanecem estabulados durante 6 meses, havendo a necessidade de produção de muita palha e feno. Nütinck colocava nos estábulos uma média diária de 12 quilos de palha por animal que, misturada com o esterco e a urina, constitui a matéria prima para o composto. A necessidade diária era em torno de 800 quilos de palha para 65 cabeças de gado, o que, multiplicando pelos 180 dias em que os animais permanecem estabulados, resulta no consumo de 144 mil quilos de palha durante o período de inverno.

Ele segue três tipos de rotação de cultura, que procuram respeitar as diferentes características das parcelas de terra do estabelecimento. Elas são um elemento fundamental da agricultura biológica, porque através delas procura-se manter o equilíbrio dos componentes do solo. Evita-se o cultivo seguido de plantas exigentes, diminuindo assim a necessidade de incorporar fertilizantes.

As forrageiras e leguminosas, além de servirem de alimento para os animais, apresentam ainda a vantagem de captar e fixar o Nitrogênio reduzindo a necessidade de recorrer a adubos. Durante a primavera e o verão, o gado pasta sobre as parcelas de pastagem temporária. Sua presença é também um fator de fertilização, na medida em que defecam e urinam no local. Nessa época, as vacas só são recolhidas para a ordenha, permanecendo durante a noite nas pastagens.

COMPOSTO É O ESSENCIAL

O essencial da fertilização, porém, é realizada com o composto. Este é "fabricado" durante o inverno. Uma vez por mês retira-se das estrebarias a mistura de esterco e palha pisoteada e compactada, com o auxílio de um carregador mecânico. Essa matéria orgânica é colocada em montes de mais ou menos 1,5 metros de altura por 3 de largura (e de comprimento variável) próximos às parcelas de terra a serem adubadas. Ela fica coberta por uma fina camada de terra, permanecendo aí alguns meses, para deixar atuar os micro-organismos que transformam essa matéria. Na adubação, Nütinck espalhava 12 toneladas por hectare com a ajuda de uma car-

reta especialmente adaptada para este fim. Ele não utiliza produtos fitossanitários e nem tratamentos para crescimento, pois eles são considerados inúteis e até mesmo prejudiciais à agricultura biológica. Todo esforço e toda lógica são relacionados à revitalização da terra.

Segundo Nütinck, quando uma terra é viva e equilibrada ela não permite o aparecimento de inços. A presença destes seria um sinal de carências ou desequilíbrios do solo, assim como as espinhas no rosto podem revelar a presença de elementos tóxicos nos organismos. É por isso que os agrobiologistas denominam os inços de "corretores de carência": eles incorporam ao solo o que esse necessita e expõem ou absorvem os elementos em excesso.

MATANDO A TERRA

Deste raciocínio resulta toda uma postura crítica diante dos agricultores que, desequilibrando o solo, provocam a multiplicação dos inços, sendo obrigados a adotar a tratamentos altamente tóxicos que prejudicam ainda mais a terra. Atacando os "sintomas" (os inços) não se estariam percebendo que estão matando o doente (no caso a terra).

O composto obtido através de animais alimentados com pastos "biológicos", seria o único capaz de incorporar à terra aqueles elementos dos quais ela tem realmente necessidade. Isto seja pelas características de sua composição, seja pela sua capacidade de sofrer transformações adequadas quando incorporada à terra.

Incompetente para julgar a validade científica das posições de Nütinck, posso apenas testemunhar a ausência quase total de inços em sua cultura. Enquanto isto seus vizinhos, que praticam a agricultura química, os tinham em grande quantidade e, na época, estavam mais preocupados pelo mau tempo que não permitia a aplicação de herbicidas. Igualmente pude observar que a média de vida útil de suas vacas antes de começar a praticar a agricultura biológica era de 8 anos, sendo agora de 12 anos.

RESULTADOS ECONÔMICOS

Parte da produção de Nütinck é vendida no chamado "mercado biológico", no qual os produtos alcançam preços significativamente mais altos. No entanto, a proporção é mínima. Assim, no caso do leite, cuja produção em 1977 foi de 165.348 litros (média anual de 3.936 litros por vaca), apenas 1,47% foi vendido neste mercado, entrando o resto no circuito normal. Desta forma, os resulta-

dos econômicos relativamente bons alcançados por Nütinck não se devem exclusivamente a preços especiais, mas a todo um conjunto de medidas que não o deixam atrás de outros agricultores.

A renda agrícola da propriedade, que alcançou o valor de 76.833, 30 francos franceses (aproximadamente, na época, Cr\$ 300 mil) depois de abatidas todas as despesas, é significativa para sua região, que é o Departamento da Costa do Ouro. Ela resulta, no meu entender, do esforço que Nütinck faz para reduzir ao mínimo a dependência externa. Em 1977, por exemplo, a compra exterior de alimentação para os animais representou apenas 1.000 francos (aproximadamente Cr\$ 4 mil). Ele praticamente não tem despesas de corretivos e adubos. Na sua exploração nada se perde e tudo é re-incorporado à terra. Aparentemente todo esforço é feito para reduzir os custos proporcionais. No que se refere à automatização das atividades, pelo aumento da força mecânica, Nütinck aceita despesas fixas mais elevadas. Ele não renuncia, portanto, a praticar uma agricultura moderna, mesmo não utilizando adubos químicos.

POSIÇÕES DE CRÍTICA

O caso parece mostrar que com agricultura biológica também se pode obter bons lucros. O que é certo, no entanto, é que tal método exige muito mais trabalho, principalmente na fabricação do composto, e é inviável sem a presença de um grande número de animais. Este método parece, portanto, difícil de empregar em grandes culturas cereais ou de grãos, como é o caso do milho, soja e trigo. É por esse lado que sérias críticas são feitas a esta prática. Segundo elas, a generalização da agricultura biológica reduziria drasticamente a produção mundial de cereais, provocando ainda mais fome do que a já existente no mundo. Por outro lado, porém, sabe-se que as chamadas "revoluções verdes", realizadas sobre monoculturas modernizadas de cereais, têm eliminado outros produtos básicos, favorecendo a concentração das terras e expulsando do campo milhares de pequenos produtores. Aliás, para ver isto, não é preciso ir muito longe. A agricultura biológica é ainda criticada porque é vista como elitista, na medida em que produz para um mercado estreito daqueles que podem pagar os altos preços dos produtos de qualidade.

Seja como for, parece-me que esse método de cultivo nos leva a refletir por sua posição diante da terra, do solo e da planta, num momento em que a humanidade se dá conta de que eles também podem morrer e de que são limitados. Mas tudo isto tem pouco sentido se o percebermos fora do contexto das lutas e contradições que se estabelecem pela apropriação das riquezas geradas pela agricultura. Qualquer método ou técnica terá suas possibilidades reduzidas enquanto o móvel fundamental é somente o lucro e não o atendimento das necessidades alimentares de todo povo.

* Telmo é professor da Fidene e passou 3 anos na França, quando realizou este estágio na propriedade dos Nütinck, como parte do curso de Desenvolvimento Agrícola do Instituto de Estudos do Desenvolvimento Econômico e Social, da Universidade de Paris.

SÓ ARRISCANDO

Qual é o problema do feijão? É clima? É a terra cansada que está negando a produção? Como é que se explica que há 10, há 15 anos atrás, o Rio Grande do Sul, sozinho, produzia mais de 250 mil toneladas de feijão e ano passado mal alcançou, segundo as estimativas, 110.600 toneladas? E quem é que não lembra a época de racionamento, lá por 1976, quando só se podia levar para casa um pacotinho de dois quilos de feijão? Até mesmo na colônia faltou o "pretinho" um prato que é até chamado típico do brasileiro.

Todo agricultor sabe que o feijão é uma das culturas de maior risco, onde o perigo de frustrar a safra só é comparado ao do trigo. Mesmo assim tem gente que acha que o feijão ganha disparado se for feita uma aposta sobre qual das culturas é a mais difícil. É por isso, em parte, que muito agricultor não arrisca semear áreas maiores de terra, preferindo formar sua lavoura de verão com soja e milho:

— "A gente ainda só planta por teimoso" diz o seu Lorivaldo Wagner da Rocha, lá de Três Marcos, em Tenente Portela, "para ver se tira para o gasto. A soja é uma planta garantida sempre. O trigo, se nega uma safra a gente arrisca outra, na fé de que vai melhorar. Mas o feijão quase vale mais a pena comprar do que plantar".

O CLIMA

O culpado nesta história de seu Lorivaldo plantar só um canteirinho todo ano, é para ele o clima, muito desajeitado e desparelho. Razão ele não deixa de ter, explica o agrônomo Celestino Dal Molin, pois o feijão exige temperaturas que não sofram muitas variações. É só esquentar ou esfriar demais que lá se foi a safra. Diz o Dal Molin:

— O ideal é que a temperatura se mantenha nem acima de 24° C e nem abaixo de 21° C. Com temperaturas altas, por exemplo, existe uma menor fertilização das flores, que "morrem" antes mesmo de florescer. O calor em excesso também pode provocar a queda das flores e legumes. Quando eles não caem, são legumes pequenos, e ainda apresentam um menor número de grãos, o que dá um baixo rendimento. Por outro lado, se as temperaturas são baixas, também existe o problema de queda de legumes, que pode ainda ser provocado pelo excesso de chuva.

Na safra passada, por exemplo, seu Lorivaldo plantou 3 bolsas no mês de setembro. Na hora de colher, não tirou nem a semente:

— Estava tudo quase vageado, na fase da flor, e me apareceu no feijão a vaquinha que terminou com tudo. Não colhi nem meio quilo de grão. Gastei três sacos de veneno para ver se acabava com a vaquinha, mas até desconfio que foi o veneno que ajudou a acabar com tudo. E se estas vaquinhas aparecem, prá mim é por causa do clima, desparelho que nem só ele.

AS PRAGAS

São exatamente estas vaquinhas — um inseto que alguns chamam também de brasileira e os técnicos de *Diabrotica speciosa* — que não deixam outro agricultor, o seu Eugenio Reimann, de Cedro Marcado, também em Tenente Portela, aumentar um pouco seu plantio de feijão:

— Nunca plantei lavoura grande. Sem-



Eugênio: contra os venenos

pre só uns poucos quilos para garantir o consumo da gente em casa. Acontece que o feijão é a primeira planta verde que aparece e, então, todo aquele bicharedo, que vem nem se sabe daonde, ataca a lavoura e acaba com tudo. E eu se é para passar veneno tóxico então nem planto.

A safrinha, plantada em janeiro, Eugênio nem foi colher:

— As vaquinhas comeram tudo. Eu prefiro, depois que fiquei até uma vez no hospital intoxicado com os venenos, nem passar nada e deixar o bicharedo comer tudo. É mais fácil comprar feijão na cidade do que se arriscar a morrer com estes venenos.

AS DOENÇAS

Não foi apenas Eugênio o azarado com a frustração da safrinha. Em Portela, segundo Dal Molin, 100 por cento das lavouras de feijão financiadas tiveram que recorrer ao Proagro:

— E não só pela infestação de pragas mas também pela queda brusca de temperatura no mês de março, que liquidou com as lavouras que estavam prometendo uma colheita razoável.

Um outro agrônomo da Cooperativa, o Hélio Pohlmann, é quem continua a conversa, explicando que não são realmente as pragas o maior problema técnico para o feijoeiro. O caso é que as variedades em cultivo apresentam uma baixa tolerância a moléstias:

— E as moléstias são difíceis de controlar e até mesmo quase impossível. O tratamento é caro e exige uma série de cuidados em sua aplicação que nem sempre o produtor pode seguir. No controle das bacterioses por exemplo, é preciso usar um produto à base de estreptomina, que é um antibiótico, que não pode ser aplicado com sol. O ideal são aplicações noturnas, o que é muito difícil de ser feito.

E estes problemas com as doenças vêm acompanhando há tempos as culturas de feijão:

— Eles são praticamente os mesmos



Lorivaldo: planta de teimoso

de 20 anos atrás, porque as variedades em cultivo, de um modo geral, são antigas e pouco resistentes. O trabalho na pesquisa de feijão quase que não existe e, por isso, não há um lançamento expressivo de novas variedades.

A COMERCIALIZAÇÃO

Se os problemas do plantador de feijão acabassem por aí, até que a situação desta cultura poderia não ser tão difícil. O brabo é que na hora de vender, depois de uma trabalhadeira imensa na colheita, que é toda manual, não se consegue um preço considerado justo.

Acontece que o preço é regulado pelo Governo, pois o feijão é um produto de primeira necessidade na alimentação do brasileiro. Então o CIP, que é o Conselho Interministerial de Preços, e a Sunab, a Superintendência Nacional do Abastecimento, estabelecem um preço máximo de venda ao consumidor. Hoje ele é de Cr\$ 12,85. Por outro lado, existe um preço mínimo a ser pago ao produtor de feijão. Às vezes ele ultrapassa esse valor, dependendo das condições do mercado. O mínimo estabelecimento para a safra do ano passado, que ainda esta sendo comercializada agora, é de Cr\$ 369,00 o saco de 60 quilos (ou Cr\$ 6,15 o quilo).

Mesmo existindo um preço máximo ele não é sempre cumprido. Há pouco, por exemplo, o preço foi liberado para o interior do Estado e mantido em Cr\$. . . 12,85 nas capitais. E sabem o por quê? Porque estamos entrando em outra crise no abastecimento de feijão. Tanto que o Governo autorizou a importação de 100 mil toneladas de feijão preto para abastecer o mercado brasileiro. Até o final do ano, segundo algumas previsões, pode faltar feijão de novo. E não só por falta de produto como também por especulações que normalmente acontecem em épocas assim. Quem tem feijão segura, seja em casa seja no bolicho ou nos grandes supermercados, esperando a elevação nos preços.



Nilson: deu sorte

PREÇO JUSTO

Mas nem por isto o produtor vai ganhar muito mais pelo que colheu. É coisa de cruzeiros que serão somados ao preço atual. Já acreditando que o preço pode subir, seu Nilson Schemmer Kempf, de Gamelinha, entregou em depósito os 20 sacos que conseguiu colher na safra passada. Até agora ele vinha guardando o produto em casa:

— O preço que está hoje, Cr\$ 480,00 não é compensador. Tinha que valer no mínimo de Cr\$ 700,00. Eu gastei Cr\$ 700,00 em semente, Cr\$ 900,00 de adubo e vamos dizer que a mão de obra custou Cr\$ 1.200,00. Ainda que não passei defensivo, porque os bichos só atacaram nas beiradas.

Por que então a Cooperativa só paga Cr\$ 480,00 pelo saco de 60 quilos se o preço final ao consumidor, isto considerando que ele seja tabelado, será na verdade de Cr\$ 771,05? Quem explica é o Walter Soliman Duarte, assessor de comercialização da Cotrijuf:

— O caso é que existe uma série de descontos e despesas que ocorrem na comercialização. Só o ICM, o Imposto de Circulação de Mercadorias, diminui Cr\$ 107,94 em cada de 60 quilos. Tem ainda o custo de embalagens, em saquinhos plásticos, de transporte, de recebimento e armazenamento e as quebras de beneficiamento (grão quebrado, sujeira, etc) que são calculadas em 10% sobre o preço que o produtor recebe por saco.

| DESPESAS (sc de 60 kg) | Cr\$ |
|--------------------------------|---------------|
| ICM | 107,94 |
| Embalagem (12 sc de 5 kg) | 28,08 |
| Recebimento e Armazenamento | 10,00 |
| Transporte | 6,00 |
| Quebras de beneficiamento | 48,00 |
| TOTAL | 200,02 |



A maioria planta feijão apenas para o consumo próprio

Somando tudo isto se chega a um valor de Cr\$ 200,02, que diminuídos dos Cr\$ 771,05 dá Cr\$ 517,03. Diminuindo outra vez, agora vendo o preço pago ao produtor, fica um resultado de Cr\$. . . . 91,03, que é a margem que resta à Cooperativa para comercializar no mercado o produto beneficiado:

| | |
|------------------------|-------------|
| Preço ao consumidor | Cr\$ 771,05 |
| Despesas | Cr\$ 200,02 |
| Preço pago ao produtor | Cr\$ 480,00 |
| Diferença | Cr\$ 91,03 |

— Dá uma margem de 12%, dos quais ainda deverão ser abatidos as despesas de operação nos supermercados, como pagamento de funcionários, encargos sociais, controle de estoques e assim por diante.

Para o produtor, realmente, mesmo considerando tudo isto, o preço pago não é dos mais compensadores. Com isso até mesmo o Walter concorda:

— O problema é que o ICM pesa muito.

O agrônomo Hélio Pohlmann, que tem a mesma opinião, afirma que não está muito certo fazer incidir sobre o feijão, um produto que se pretende incentivar a produção, um Imposto tão expressivo como estes 14% de ICM:

— Se ele ainda fosse calculado sobre o preço pago ao produtor sem dúvidas, seria muito melhor. Mas não é bem assim que acontece. É considerado o preço final de consumidor para este cálculo.

Se estas despesas são fixas, como é que alguns bolicheiros, lá dos fundos da colônia, podem pagar mais, em alguns casos? Explica-se: para eles é muito comum não pagar o ICM, o que já diminui num tanto estas despesas. E não é que eles não precisem. Assim como a Cooperativa são obrigados a pagar. Só que nem sempre o fazem.

Mesmo que não existam muitos dados sobre comercialização de feijão, é feito um cálculo de que apenas 10%, ou até menos do que isso, do produto é comercializado através de Cooperativas. O agricultor planta para seu consumo próprio e quando sobra um pouco vende lá por perto de casa mesmo. Ou como diz o seu Lorivaldo:

— Se é para trazer uma bolsa até

a cidade e pagar o frete, pode até sair mais caro do que aquilo que se vai ganhar pelo feijão.

Para o seu Nilson, por exemplo, o saco de feijão deveria valer o equivalente a três sacos de soja. Não que o serviço de plantio e os cuidados com a lavoura seja muito maior. É pelo risco de perder tudo do dia para a noite:

— E tem ainda a colheita, que é muito mais dificultosa. Tudo na base do manual. E o pior é bater depois. Eu este ano malhei o feijão com o trator, porque se vou usar o manguá passo mais de 10 dias batendo estes 20 sacos que colhi. Assim fui limpando nas horas de folga, nos dias de chuva.

O seu Eugênio, aquele que acha que o grande problema são as vaquinhas, também olha o feijão pelo lado da comercialização:

— Feijão é uma coisa que estes anos deixava o negociante muito rico ou bem pobre. Conheci firmas que foram à falência por causa exatamente do feijão preto. É um produto que não tem comercialização garantida e que nem paga para a gente que planta o preço que precisava.

O ACASO

É por estas razões, talvez, que seu Nilson é um dos poucos produtores que pretende aumentar sua área de plantio na próxima safra. Está preparando uma quadra de 4 hectares onde vai semear 5 sacos:

— É um risco sempre. Mas vou confiar naquilo que me disse um índio no ano passado, de que o melhor era não plantar nem em agosto nem em setembro, que é a época que recomendam. Disse ele que se deve plantar em outubro. E acho que está certo, pois eu fiz isto ano passado e colhi bem. Parece é que as épocas andam variando muito. Tanto que um vizinho meu, financiou a lavoura, plantou em setembro e não colheu nada.

O Hélio Pohlmann acha que a experiência que seu Nilson fez deu certo só por um acaso: o ano passado foi um ano completamente diferente, em termos de clima, daquilo que é considerado normal. Plantando em outubro, diz o agrônomo, aumentam os riscos da cultura, pois ela enfrentará períodos de temperaturas mais elevadas exatamente nos momentos mais críticos: durante a floração e surgimento das vagens.

O que decide a safra

Hélio Ito Pohlmann.*

A cultura do feijão é relativamente simples, podendo até mesmo serem obtidos resultados satisfatórios, desde que observados alguns aspectos básicos. As condições climáticas, o solo e a planta (variedades e qualidade da semente), têm importância decisiva para o sucesso da lavoura.

As condições climáticas, compreendendo vento, geada, calor, alta umidade relativa do ar e chuva, influenciam a produção. Assim, 21°C é a temperatura ideal para o desenvolvimento do feijão. Quando ela ultrapassar os 24°C e a umidade do ar for baixa, caem as flores do feijoeiro. A umidade deve ser boa da semeadura à maturação, sendo que após este período a baixa umidade favorece a melhor qualidade do produto.

em covas, mantendo o espaçamento de 50 centímetros entre linhas e 20 centímetros entre covas, a quantidade é de duas sementes por cova.

Ervas daninhas: nos primeiros 30 dias é indispensável evitar que exista uma concorrência com inços. A lavoura deve ser mantida no limpo, seja com capina ou aplicação de herbicidas. É bom lembrar que durante o período de florescimento não devem ser feitas as capinas, pois elas provocam a queda das flores. Os inços ocorrentes na cultura do feijão são os mesmos da soja e seu controle, normalmente, é realizado com os mesmos herbicidas usados para esta cultura. O uso de graminicida para controlar papuã e milhã (Trifluralina, Treflan, Eptan) é recomendável antes da semeadura. Para as folhas largas o controle pode ser feito quando as plantas estiverem em desenvolvimento.

Pragas e moléstias: as pragas mais importantes são a vaquinha, a broca do colo, percevejos, pulgões e a mosca branca, que devem ser controladas sempre que atingirem um nível de infestação prejudicial. Os percevejos, a vaquinha e a mosca branca fazem muito mal ao feijoeiro, provocando o enrolamento das folhas e vagens e diminuindo em muito a produção.

As moléstias que atacam o feijoeiro são várias, estando entre as mais frequentes a Antracnose, a Ferrugem e Bacterioses. Seu tratamento é de alto custo e nem sempre de eficiência assegurada. A Antracnose e as Bacterioses apresentam na lavoura mais ou menos o mesmo aspecto: vagem torta, parecendo que foi apertada entre os dedos. A origem da moléstia é que difere: enquanto a primeira é provocada por um fungo, a outra é provocada por uma bactéria. A ferrugem, como já diz o nome, aparece em forma de pústulas.

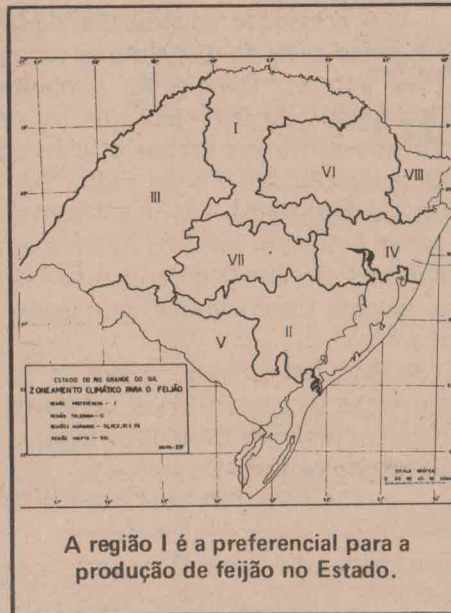
Para controle de moléstias e pragas é fundamental o contato do agricultor com o Departamento Técnico, para que cada situação receba o tratamento adequado.

Colheita e produtividade: a colheita ocorre aproximadamente 100 dias após a semeadura. Normalmente ela é manual, pois não existem disponíveis, até o momento, máquinas que mostrem eficiência nesta operação.

A produtividade média do Rio Grande do Sul é em torno de 850 quilos por hectare, o que é baixo, pois se poderia atingir, sem maiores problemas, até 1.500 quilos por hectare, o que frequentemente é superior em lavouras coloniais.

Cultivares: as variedades em maior cultivo são a Rico 23, Cubano, Maquiné e Chumbinho, estando em início de cultivo a Turrialba 4 e Muruna. Estas variedades têm condições de apresentar boa produção, dependendo muito da qualidade desta semente, ou seja, da ausência de mistura e bom padrão de lavoura quando foi produzida. O ciclo destas variedades é semelhante e todas têm condições para produzir mais de 1.400 quilos por hectare, o que representaria um bom resultado financeiro para a lavoura.

*Hélio é agrônomo da Cotrijuí.



O feijoeiro é uma planta que, além de não tolerar geadas, é também prejudicada por ventos frios durante o período vegetativo. Isto ocasiona enrugamentos das folhas e prejuízos à floração.

O solo para o cultivo do feijoeiro deve ser bem drenado, não encharcando no período de chuvas. É também importante o preparo da terra com uma boa incorporação de matéria orgânica. A lavração e discagem podem ser realizadas próximas à época de semeadura, pois o feijoeiro é beneficiado quando a matéria orgânica ainda está na fase de decomposição.

Os solos devem ser corrigidos e apresentar boas características físicas, sem estarem compactados, para dar condições de um adequado desenvolvimento das raízes.

A adubação correta depende muito da análise de solo. Mesmo assim, para solos de média fertilidade, previamente corrigidos, a recomendação aproximada é de 200 quilos por hectare da fórmula 5-20-20 na semeadura, além da aplicação de 60 quilos por hectare de uréia, isto 30 dias após a semeadura. A uréia deve ser incorporada com a enxada ou aradinho.

A época de semeadura para a região da Depressão Central, Médio e Alto Uruguai, está compreendida entre 21 de agosto e 30 de setembro. A quantidade de sementes, usando-se um espaçamento de 50 centímetros entre linhas, é de 18 sementes por metro linear. Na semeadura

O PREÇO DA IMPREVISÃO

Seis anos depois do estouro da crise do petróleo, o Brasil adota as primeiras medidas para conter o consumo e somos obrigados a viver na economia de guerra.

Há pouco mais de um mês, mais precisamente no dia 4 de julho, o presidente da República, general João Baptista Figueiredo, através de uma cadeia nacional de televisão, anunciou uma nova fase para o desenvolvimento brasileiro: a da *economia de guerra*. Na ocasião, o presidente afirmou que o último aumento verificado nos preços do petróleo no mercado internacional, no fim de junho, tornava a situação bastante difícil para a nossa economia. "A crise da energia é o maior desafio da sociedade brasileira", disse o presidente, afirmando ainda que a partir daquele momento o problema energético passava a ser a grande prioridade do seu governo.

Em consequência da *economia de guerra*, o presidente criou uma Comissão Nacional de Energia (CNE), órgão diretamente ligado à Presidência da República, que deverá traçar os principais planos visando diminuir o consumo nacional de petróleo importado e aumentar a utilização de outras fontes de energia, como o carvão, o álcool, a energia elétrica, o xisto, o gasogênio, etc.

A Comissão Nacional de Energia, cuja direção coube ao vice-presidente da República, Aureliano Chaves, começou logo a trabalhar e até o final de julho já havia sugerido algumas medidas:

a) Limitar em 960 mil barris diários o consumo de petróleo importado (essa foi a média de consumo de petróleo importado no mês de maio); b) Corte de 7 por cento nas cotas de distribuição de gasolina aos postos e de 10 por cento nas de óleo diesel e combustível às empresas de transporte e às indústrias; c) Aumento de 50 por cento no preço do óleo diesel; d) Fechamento dos postos de gasolina também aos sábados; e) Criação de um Fundo de Mobilização Energética, no valor de Cr\$ 50 milhões, cujos recursos viriam do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes (que arrecadou Cr\$ 38,7 bilhões no ano passado) e da Taxa Rodoviária Única; f) Aumento da Taxa Rodoviária Única, fixada em 7 por cento do valor venal do automóvel; g) Proibição das corridas de automóvel, com exceção para aqueles movidos a álcool, entre outras.

PROFUNDA DECEPÇÃO

As medidas sugeridas pela Comissão (a CNE faz apenas sugestões, quem decide mesmo é o presidente da República), tão logo foram anunciadas, causaram uma profun-

da decepção em todo o país. Afinal de contas, após o discurso de Figueiredo na televisão, todo mundo esperava medidas mais drásticas e concretas. Logo alguém lembrou que já em 1922, há mais de 50 anos, o 1º Congresso Brasileiro de Carvão e Outros Combustíveis Nacionais, realizado no Rio de Janeiro, havia sugerido medidas semelhantes, inclusive no que se refere ao aproveitamento do carvão e do álcool.

A gravidade da situação, de fato, exige mais do que simples sugestões antigas. Depois do aumento dos preços do petróleo, que foi de 25 por cento (os preços oficiais da Organização dos Países Exportadores de Petróleo — OPEP — deverão variar entre um mínimo de 18 e um máximo de 23,50 dólares o barril), já dá para fazer algumas contas alarmantes.

Só com a importação de petróleo, este ano, o Brasil vai gastar mais ou menos 7 bilhões de dólares. Somando-se mais 9 bilhões de dólares, que serão gastos com a importação de outros produtos e com o pagamento dos juros da nossa dívida externa, o país vai desembolsar, somente em 1979, o equivalente a 16 bilhões de dólares. Enquanto isso, a soma total das nossas exportações, segundo fontes oficiais, atingirá no máximo os 14 bilhões de dólares. Ou seja, só este ano, o Brasil terá um prejuízo (os economistas do Governo chamam *déficit*) de 2 bi-

lhões de dólares nas suas trocas com o exterior. Se a gente lembrar, ainda, que a dívida externa brasileira anda hoje perto de 46 bilhões de dólares, aí sim é que a coisa fica preta.

É justo, portanto, que todos estivessem esperando decisões mais drásticas da Comissão Nacional de Energia. Em alguns países da Europa (França e Dinamarca, especialmente) e nos Estados Unidos, por exemplo, o racionamento já começou. E a situação econômica destes países não dá nem de perto para comparar com a do Brasil.

O QUE FOI FEITO?

Aliás, é no campo da iniciativa governamental que estão as maiores dúvidas e as grandes interrogações. Por exemplo: porque só agora, mais de seis anos após o estouro da "crise do petróleo", que o Governo criou uma Comissão Nacional de Energia? Porque só agora o problema energético é considerado prioridade? O que foi feito até aqui para contornar ou solucionar a crise?

Essas perguntas, na verdade, ficam sem respostas. O que se observa, na prática, é que as autoridades até bem pouco tempo incentivavam o brasileiro a gastar cada vez mais combustível, enquanto o mundo inteiro tomava medidas de contenção.

Para se ter uma idéia do incentivo oficial, basta lembrar que, em 1973 (ano em que estourou a crise),

o Brasil tinha 1 milhão 299 mil quilômetros de estradas de rodagem, asfaltadas ou não. Hoje, as estradas aumentaram 19 por cento: são 1 milhão 545 mil quilômetros. As ferrovias, entretanto, somavam 30 mil 546 quilômetros em 73 e, hoje, estão com apenas 29 mil 855 quilômetros —quase 3 por cento mais curtas. Isso sabendo-se que com um mesmo litro de óleo diesel, transporta-se dez toneladas em um quilômetro de rodovia e trinta toneladas em um quilômetro de ferrovia.

Até o ano passado, o governo brasileiro subsidiava o óleo diesel e o óleo combustível (usado na indústria), estimulando o consumo e desestimulando a substituição por outras fontes de energia. A partir do ano que vem, porém, as autoridades anunciam que simplesmente vão cortar o fornecimento de óleo para as indústrias. Não haverá óleo combustível para a secagem de grãos, por exemplo. E as cooperativas que tratam de trocar seus equipamentos (veja página seguinte).

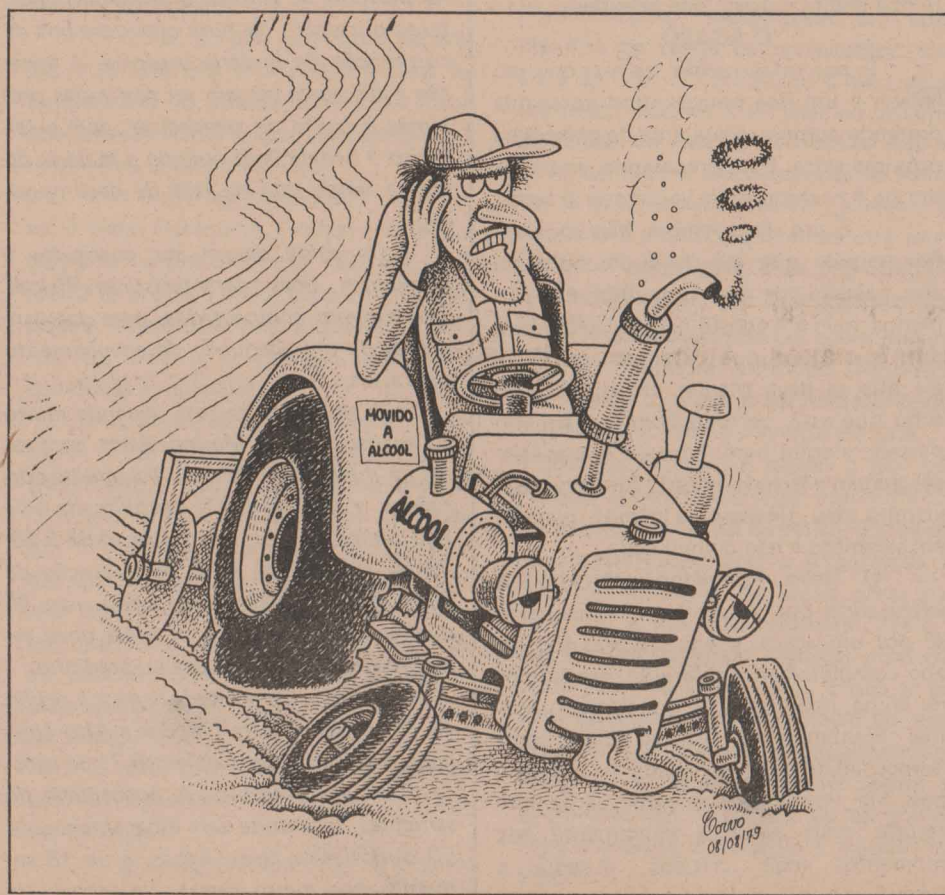
FALTA DINHEIRO

Segundo Thompson Motta, vice-presidente da Bardella, indústria paulista de máquinas e equipamentos, o governo gastou 24 bilhões de cruzeiros para subvencionar o óleo diesel, o óleo combustível, o gás e a nafta em 78. 3 bilhões a mais do que os investimentos realizados na construção da Usina de Itaipú em 78, 9 bilhões a mais que os gastos da Petrobrás em exploração e pesquisa e mais que o triplo do que foi aplicado pelo Banco do Brasil no Programa Nacional do Alcool até fevereiro deste ano. O resultado é que, agora, falta dinheiro para outras fontes de energia.

Além disso, como reduzir logo o consumo de derivados de petróleo, se 98 por cento das pessoas e 80 por cento das cargas são transportadas hoje por rodovias? Como esquecer que o transporte rodoviário é o responsável por 97 por cento da gasolina e 72 por cento do óleo diesel consumidos no Brasil?

Alguns empresários, principalmente os de São Paulo, já disseram pela imprensa que a Comissão Nacional de Energia não pode mesmo funcionar direito.

"Afinal", perguntam eles, "o que está fazendo um representante da indústria automobilística (Mário Garnero, diretor jurídico da Volkswagen), que é multinacional, numa comissão que envolve questões de segurança nacional?"



Remédio forte demais

A agricultura gasta só 2,5 por cento da energia consumida no país, mas já começa a sofrer os primeiros cortes de combustível. O remédio é tão forte que pode até matar o doente

Tem coisas que ninguém explica. Uma delas, certamente, é o desencontro entre o tipo de medida adotada pelo Governo para combater a crise de energia nos diversos setores da economia nacional. Se, de um lado, as autoridades tomam medidas consideradas tímidas, como é o caso das sugestões apresentadas pela Comissão Nacional de Energia (CNE), de outro lado o Governo anuncia que simplesmente não vai haver nem uma gota de óleo combustível para a secagem de grãos, a partir de janeiro do ano que vem.

Há quem diga que o remédio é tão forte, no caso da Agricultura, que pode até mesmo matar o doente. Por exemplo: no ano passado, mais de 80 por cento das safras de soja, trigo, cevada e sorgo do Rio Grande do Sul passaram por secadores movidos a óleo. Como fazer para modificar tudo isso em apenas seis meses?

Em primeiro lugar, falta dinheiro. A verba que o Governo do Rio Grande do Sul tem para financiar as indústrias e cooperativas que desejam trocar suas fontes de energia, até agora, é de apenas Cr\$ 150 milhões, que o Badesul vai emprestar a juros de 8 por cento ao ano.

Só a Cotrijuí, que em toda a sua área de ação possui 37 secadores, vai precisar de Cr\$ 12 milhões para fazer a troca. Quer dizer, o dinheiro que o Governo do Estado tem serve para financiar quinze ou dezesseis projetos, o que é muito pouco se considerarmos que no



Menegaz: carvão nacional não serve

Rio Grande do Sul mais de 90 por cento do parque industrial, seja cooperativo ou particular, é movido a óleo combustível ou diesel.

MAIS CUSTOS

Um outro exemplo: a indústria gaúcha Menegaz, de Passo Fundo, que fabrica implementos agrícolas e equipamentos para fenação, possui dois altos fornos movidos a óleo, no setor de fundição. A Menegaz já começou a trocar seus fornos para energia elétrica e todo o processo de transformação vai custar, no final, Cr\$ 12 milhões 155 mil. A empresa que fabrica os fornos movidos a energia elétrica, por sua vez, só poderá entregá-los à Menegaz dentro de 7 meses — ou seja, a indústria de Passo Fundo vai entrar o próximo ano ainda com os fornos a óleo funcionando.

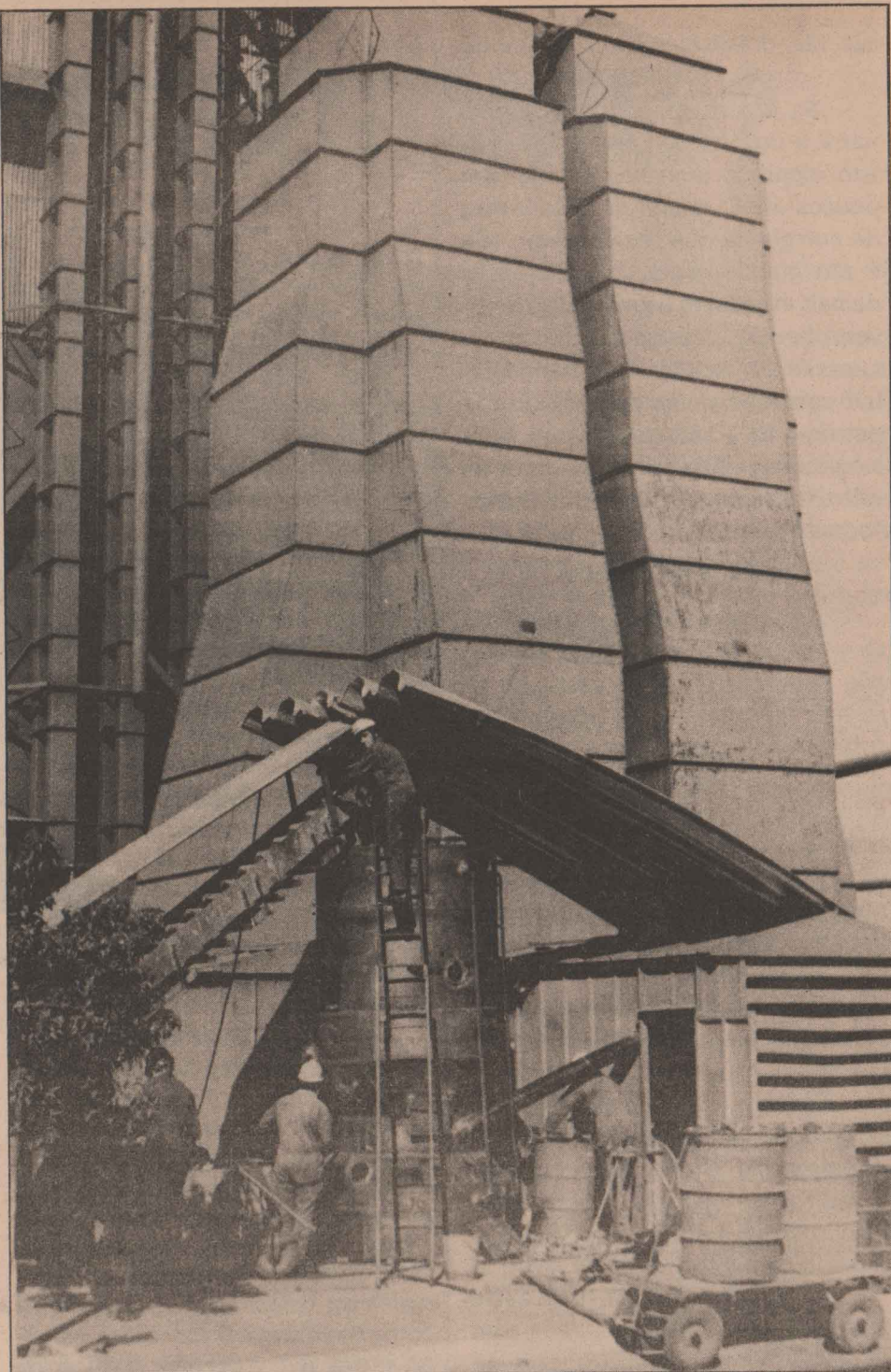
Enquanto isso, para não perder encomendas e fornecimentos acertados anteriormente, a Menegaz teve de entregar parte de seus serviços para terceiros, pois a sua cota de óleo foi diminuída — a indústria hoje gasta 32 toneladas de óleo por mês, enquanto a sua capacidade é para 150 toneladas por mês. Com isso, aumentaram os custos de produção da Menegaz e também caiu um pouco a qualidade dos seus produtos.

CADÊ A ENERGIA?

Quando se fala em mudança de fontes de energia, logo surge outro problema: mudar para que tipo de energia? O carvão nacional, por exemplo, além de ter problemas de qualidade, precisa ser transportado das minas até a indústria — e esse transporte, naturalmente, é feito por caminhões movidos a óleo diesel.

No caso da Menegaz, por exemplo, a utilização do carvão é simplesmente inviável:

“Uma fundição exige um calor de aproximadamente 1 mil 500 graus, e o carvão nacional não atinge esta temperatura. Nós teríamos que misturar o carvão nacional com carvão importado e com isso continuaríamos dependendo de importações”, diz Celso Menegaz, diretor administrativo da empresa. Na in-



A Cotrijuí precisará investir Cr\$ 12 milhões para adaptar seus 37 secadores

dústria de Passo Fundo, a proporção da mistura teria de ser assim: 25 por cento de carvão nacional e 75 por cento de carvão importado.

Já para a Cotrijuí, a utilização do carvão apresenta um outro tipo de dificuldade: o carvão contém muito enxôfre, substância altamente corrosiva, o que obrigaria uma troca constante dos queimadores utilizados pelos secadores de grãos.

“Além disso”, explica Euclides Casagrande, diretor de operações da Cooperativa, “o carvão é mais caro. Segundo um projeto que fizemos junto com a Imasa, (indústria de Ijuí) nós teríamos de gastar Cr\$ 900 mil por cada secador, se fossemos adaptá-los para o carvão. Se a gente mudar para lenha, o custo de transformação de cada secador fica em torno de Cr\$ 400 mil”.

FALTOU PREVISÃO

A lenha, então, é a grande solução. Só que, primeiro, é preciso iniciar desde já um projeto de reflorestamento, pois na nossa região simplesmente não há lenha suficiente para suprir as necessidades. E como teremos de esperar pelo menos 5 anos para que as primeiras árvores possam ser cortadas...

E tem mais: se a crise do petróleo é de 73, porque o Governo não tratou de incentivar desde aquele ano a troca dos secadores e demais equipamentos industriais utilizados pela agricultura?

“Se isso tivesse acontecido”, lembra Arnaldo Drews, vice-presidente da Cotrijuí, “nós já poderíamos ter conduzido de maneira diferente os nossos projetos. Por exemplo, em Rio Grande, a refinaria ainda nem foi inaugurada e está sendo testada com óleo combustível. Se houvesse uma programação anterior, se o Governo tivesse tomado medidas anteriores, nós já teríamos conduzido este projeto para outras alternativas”.

De acordo com o presidente do Conselho Nacional de Petróleo, general Oziel de Almeida, a Agricultura é responsável por apenas 2,5 por cento do consumo de derivados de petróleo no Brasil, enquanto que a indústria de cimento, por exemplo, gasta 25% do óleo consumido no país. E a Agricultura, além de consumir relativamente pouco combustível, ainda é responsável por mais da metade das exportações brasileiras. Porque então, perguntam alguns líderes cooperativistas, sacrifi-

car tão drasticamente a Agricultura?

Se a agricultura consome apenas 2,5 do petróleo gasto no Brasil, isto significa que ela poderia, em poucos anos, substituir suas fontes de energia, já que seu consumo não é tão grande assim, em relação às demais atividades econômicas. Se tivesse havido, desde o início, a preocupação em reduzir ou mesmo acabar com o consumo de derivados de petróleo na atividade agrícola, hoje a agricultura brasileira toda poderia estar funcionando à base de outras fontes de energia.

SAFRA AMEAÇADA

As conseqüências da economia de guerra para a agricultura, porém, não param aí. Elas também vão se refletir nos custos das próximas safras. Há dois meses (ver Cotrijornal nº 64), o Governo divulgou os Valores Básicos de Custeio para as culturas de verão, safra 79/80. Na relação de custos por hectare, o Governo certamente não levou em consideração os aumentos dos preços do óleo diesel. Aliás, é bom lembrar, no início deste mês o óleo diesel teve seu preço aumentado em 50 por cento.

Só com este aumento, o peso do combustível nos custos da lavoura passou de 10 para 15 por cento. E muitos agricultores já estão com medo de que falte o óleo diesel necessário para a formação da lavoura.

A própria safra de trigo deste ano, que está sendo aguardada com muita fé pelos agricultores, pois até agora o tempo só tem ajudado, pode ser prejudicada pelo aumento do preço do óleo diesel.

Segundo estudo feito pela Fecotriga, a lavoura de trigo ainda exige, este ano, os trabalhos de aplicação de defensivos, colheita e transporte — mais de 40 por cento das operações mecânicas da lavoura. E para fazer isto se gasta bastante óleo diesel. Com o preço do litro de óleo diesel a Cr\$ 8,70, como ficou depois do último aumento, cada agricultor vai gastar Cr\$ 85,00 a mais por hectare, ou quase Cr\$. . . 5,00 a mais por saco de trigo.



Casagrande: a lenha é mais barata

Os árabes são os culpados?

Nestes seis anos de "crise do petróleo" muito controversa tem sido a discussão sobre a atitude dos países árabes, os principais incentivadores da alta dos preços. Geralmente, os políticos e homens de negócio do Ocidente — especialmente os da Europa e Estados Unidos — criticam bastante os países árabes e os responsabilizam por todos os apertos e sacrifícios sofridos pelo povo ocidental nos últimos seis anos. A crise do petróleo, segundo eles, seria o motivo principal para a falta de dinheiro, a inflação, a miséria e o subdesenvolvimento.

A questão, entretanto, parece mais complicada e não pode ser analisada dessa maneira, simplesmente atribuindo-se a meia dúzia de governantes árabes a responsabilidade por todos os infortúnios da população mundial.

O petróleo, afinal de contas, é a base, o sangue que corre nas veias de toda a sociedade industrial. Todo mundo precisa do petróleo — e, como se sabe, ele um dia vai acabar. Ora, o petróleo é a principal riqueza dos países árabes e é natural que os produtores queiram tirar dele o maior proveito. Não se deve esquecer que até 1973, quando os donos do "ouro negro" resolveram cobrar preços compatíveis com a importância da sua riqueza, o mundo inteiro gastou petróleo como se ele fosse inesgotável.

A verdade é que nunca, mesmo conhecendo-se todas as reservas petrolíferas do mundo e sabendo-se que elas devem terminar por volta do ano 2020, nunca os países não produtores preocuparam-se em poupar, em gastar menos, em investir maciçamente na pesquisa de fontes alternativas de energia. O petróleo, afinal de contas, era baratíssimo, quase de graça. Quando ele acabasse, deixando os países árabes sem alternativas, então o mundo iria preocupar-se com novas fontes de energia.

Só para dar um exemplo: o café é uma das maiores riquezas brasileiras. Mais da metade da produção de café do Brasil vai para o exterior. Digamos que o café fosse finito, digamos que um dia o café acabasse. Se, durante todo o tempo em que o Brasil produziu café, nós o tivéssemos vendido a um preço barato, o que faríamos quando ele acabasse? Afinal de contas, a indústria brasileira ainda é pequena, pois grande parte dos produtos fabricados aqui não são nossos, são de filiais de empresas multinacionais. Para termos esses produtos, nós pagamos o preço cobrado. Mas como iríamos fazer se o nosso produto, por sua vez, não fosse vendido ao preço que nós achamos justo? O exemplo do café serve também para qualquer produto agrícola brasileiro, pois a nossa maior riqueza, todo mundo sabe, vem da agricultura.

PREÇO JUSTO

Até que os árabes resolveram cobrar

o que achavam justo pela sua maior riqueza nacional. Para eles, a questão era simples: seus territórios, formados quase que unicamente por desertos, não se prestam para a agricultura ou para a produção de outras matérias-primas. Sem matérias-primas, a capacidade industrial dos países árabes torna-se cara, pois eles precisam comprar tudo, ou quase tudo, no merca-

guerra, os árabes, através de acordo amigável e de negociações diplomáticas, tentaram subir o preço do barril de petróleo de 3 para 5 dólares. Na ocasião, o vice-presidente da Esso, cidadão norte-americano, respondeu duramente: "Não há acordo".

Não havendo acordo, os árabes resolveram unir-se e reativar a Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP): aumentaram o preço do petróleo em 200 por cento e ainda reduziram a produção, ameaçando os países que de alguma forma ajudaram a Israel com o corte total do fornecimento. A Guerra estourou em outubro e em novembro os árabes já estavam mandando no mundo: decidiram



do externo.

Como promover o desenvolvimento e o bem estar de suas populações, se a sua única riqueza nacional, o petróleo, era vendida a preços insignificantes (3 dólares o barril, até 73) e se tudo o mais tinha de ser adquirido fora, aos preços normais do mercado externo?

Além disso, é preciso que se diga: desde os anos 40, quando foram descobertas as grandes jazidas petrolíferas do Oriente Médio, sempre foram os estrangeiros — principalmente os norte-americanos — quem obtiveram os maiores lucros.

Num cálculo aproximado, sabe-se que, até 73, mais de 60% do rendimento de cada barril de petróleo exportado pelos árabes não ficava na região produtora. A extração, a industrialização, a comercialização e principalmente a distribuição do petróleo para o resto do mundo estavam nas mãos de poucos grupos multinacionais (Shell, Esso, Texaco, Mobil, entre outros), que sempre ficaram com a maior fatia. Durante mais de 20 anos o mundo acostumou-se a ter petróleo abundante e barato, sempre em prejuízo dos países produtores, mergulhados no subdesenvolvimento, na miséria e no analfabetismo.

A GUERRA

Para completar toda esta situação, havia, ainda, a guerra entre Israel e os países árabes. Em 1967, quando Israel invadiu territórios árabes, o fez com armas, tanques e aviões americanos, manejados por exércitos igualmente treinados por instrutores militares dos Estados Unidos.

Em outubro de 1973, na chamada Guerra do Dia do Perdão, quase todos os países europeus e sobretudo os Estados Unidos, apoiaram Israel política, militar e materialmente, fornecendo-lhe armas e tanques, enviando-lhe dinheiro. Foi aí que a paciência dos árabes começou a esgotar-se.

Até a guerra de 73, o Rei Façal, da Arábia Saudita, principal líder dos países árabes, costumava repetir uma célebre frase: "Petróleo e política não se misturam". Ainda durante o conflito árabe-israelense de 73, pressionados pelas necessidades da

reduzir em 5 por cento, a cada mês, o fornecimento de petróleo para os países europeus aliados a Israel. Já naquela época, a Holanda baixava uma lei proibindo os carros particulares de trafegarem aos domingos e ameaçando com uma multa de Cr\$ 240 mil ou seis anos de prisão para quem não cumprisse a proibição.

Os diplomatas europeus, após muitas reuniões, oficialmente retiraram seu apoio a Israel e inclusive pediram que a terra ocupada fosse devolvida aos árabes. E a situação internacional começou a inverter-se.

MELHORANDO A VIDA

Hoje, sabedores de que a união faz a força, os países da OPEP (que além dos árabes reúne ainda a Venezuela, o Irã, a Indonésia e a Nigéria) aumentam os preços do petróleo a cada seis meses e forçam os países do Ocidente a apertarem o cinto e a procurarem alternativas de energia.

Em compensação, a vida do povo árabe melhorou muitíssimo nestes últimos anos. Calcula-se que, de 73 até hoje, os países árabes já acumularam a espantosa quantia de 550 bilhões de dólares, só com a venda do "ouro negro".

O Kuwait, segundo maior produtor de petróleo do mundo, pode ser tomado como exemplo: lá a escola é obrigatória e gratuita até o final do ginásio, para todos os cidadãos; o telefone é simplesmente de graça; os estudantes, qualquer um deles, fazem cursos no exterior com todas as despesas pagas pelo Estado; qualquer habitante pode fazer um tratamento com médico-especialista nos países mais avançados: basta preencher um formulário, provando a doença, que o Estado se encarrega de pagar a viagem, a estadia e a conta de médico e hospital.

No Kuwait, cada pessoa come em média 450 quilos de alimentos por ano; há um milionário em cada 230 pessoas; e para cada três habitantes há 2 aparelhos de ar condicionado.

Quem pode culpar os árabes?

ONDE ESTÃO OS REPRESENTANTES?

Dois meses depois da Assembléia, os 59 representantes eleitos pelos associados ainda não sabem como levar adiante a sua missão.

"Meu trabalho ainda não começou. Precisamos fazer um trabalho de base, para depois fazermos um planejamento e contatos permanentes com a direção da Cooperativa".

A frase é do seu Edmundo Stalder, representante eleito pela unidade de Santo Augusto. A conversa girava em torno das funções dos representantes, aqueles que foram eleitos em maio, quando mais da metade do quadro social da Cotrijuí votou e escolheu 59 associados, de todas as unidades, que iriam depois selecionar os nomes que concorreram aos Conselhos de Administração e Fiscal, na última Assembléia.

Na época, os representantes e o quadro social estavam muito animados, todos falavam que "agora sim as coisas irão melhorar, pois os associados terão mais participação nas decisões da Cooperativa". Mas, passados dois meses da Assembléia, as coisas estão paradas.

Com exceção de Ijuí, onde mais da metade dos representantes eleitos reúne-se regularmente, nas demais unidades o trabalho dos representantes não está aparecendo.

De acordo com o regulamento das eleições e com o que foi discutido nos seminários e reuniões sobre a chamada "estrutura do poder", a função dos representantes estava dividida em duas etapas: a primeira seria a escolha dos membros que concorreriam à direção e aos Conselhos na Assembléia; e, a segunda, seria a de "estudar formas — incluindo a possibilidade de alteração dos estatutos — para que a Estrutura do Poder na Cotrijuí se torne definitivamente democrática e representativa, permitindo a todos os associados uma participação maior nas decisões".

PROCURANDO O CAMINHO

Porque, então, depois da Assembléia não aconteceu mais nada? "Nós estamos tentando fazer alguma coisa, mas ainda não se tem bem claro o que fazer. Está tudo ainda



A única reunião aconteceu na escolha da chapa para a diretoria.

muito sombrio, tudo na dúvida, e estamos tentando achar um caminho", explica João Caçavara, representante eleito por Ijuí.

Segundo o pessoal de Ijuí, que são os únicos que mantêm alguma forma de contato organizado, eles próprios ainda estão tentando definir exatamente qual o papel que o representante tem de cumprir. E já chegaram à conclusão de que isso só vai ficar claro quando se reunirem com os demais associados, com os eleitores, para saber deles o que esperam dos seus eleitos.

"É preciso fazer estas reuniões para esclarecer as coisas. Tem muito associado que enxerga a gente mais como representante da Cooperativa do que como representante dos associados", lembra Caçavara.

A confusão, certamente, tem sua razão de ser. O sistema de escolha de representantes é novo, muita gente ainda não se acostumou direito com ele. E, além disso, logo depois da Assembléia vieram os trabalhos na lavoura, com a preparação da terra para o trigo.

"Tudo isso deixou a gente sem muito tempo para sentar e discutir", afirma Leonides Dallabrida, de Ajuricaba. Aliás, lá em Ajuricaba recém agora vai sair a primeira reunião dos eleitos.

Ido Marx Weiller, de Santo Augusto, acha que as reuniões entre os representantes devem começar o quanto antes: "Eu sugiro que todos os eleitos se reúnam e procurem adaptar os Estatutos, oficializar o sistema de representatividade da Cooperativa, que começou tão bem".

Seu Ido Weiller, inclusive, não esperou reunião para começar a trabalhar:

"Como representante da comunidade de Santo Augusto, já apresentei uma proposição pela re-

gionalização, pois Santo Augusto centraliza os mesmos interesses de uma região grande (Chiapetta, Coronel Bicaco e Santo Augusto). A proposição foi bem aceita pelo Conselho da Cooperativa".

MUITAS DÚVIDAS

Outro representante de Santo Augusto, Davi Ceolin, também acha que está na hora de fazer alguma coisa: "Devia se oficializar a Estrutura do Poder, modificar os estatutos, e aumentar o número de representantes, para que um maior número de núcleos fosse representado. Os eleitos deveriam se reunir mais vezes, talvez uma vez por mês".

Além dessa, Ceolin tem outra sugestão: "Penso que devemos traçar um plano de reuniões nos núcleos do município de Santo Augusto e São Martinho, para analisarmos os resultados da votação. Talvez assim o associado tome mais a sério as alterações nos quadros da Cotrijuí".

Em Tenente Portela, a primeira reunião dos representantes eleitos aconteceu por convocação do Cotrijornal, que queria conversar com eles. Na reunião, cada um deles foi explicando o que está fazendo e o que pensa da sua função de representante. Mas todos ainda têm muitas dúvidas:

"Eu estou explicando aos associados o que a gente fez na participação na escolha da chapa, e o que

foi feito nas demais reuniões", diz seu Ervino Arlindo Vogt.

Plínio Ferreto, por exemplo, acha que a função do representante também é relacionada com o dia-a-dia da Cooperativa: "Já pensei em fazer alguma reunião para discutir assuntos do funcionamento da Cooperativa, sua burocracia é muito complicada. Nós tínhamos que conversar com os associados sobre isso e levar sugestões para a direção".

Outro representante de Tenente Portela, Antônio David Rigo, reconhece que o trabalho dos eleitos poderia ser maior: "A gente ficou um pouco inerte, mas acho que está na hora de se reunir". E seu colega Mário Hendges completa na hora: "Eu acho que nós até estamos devendo isso aos demais associados".

PARTICIPAR MAIS

De todos os representantes ouvidos pelo Cotrijornal, o mais objetivo e que tem clareza sobre qual deve ser a sua função é Erany dos Santos Amaral, de Coronel Bicaco.

Ele diz: "Nós fomos eleitos representantes por tempo indeterminado, e temos muita coisa a fazer para poder representar bem nossos colegas. Por exemplo: participar das reuniões de núcleo junto com o setor de Comunicação e Educação para debater e levantar os principais problemas dos associados".

"Outra sugestão", continua Amaral, "era nós dividirmos a área de nossa Unidade de acordo com o número de núcleos e cada representante eleito participaria das reuniões realizadas em sua região, junto com o pessoal da Cooperativa e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Temos que encontrar uma maneira de os associados participarem mais das reuniões de núcleos e, quando precisar votar, que votem. Outra função do representante: ele deve ser uma espécie de Conselheiro suplente e antes das reuniões do Conselho levar subsídios ao Conselheiro efetivo da unidade. Dentro das possibilidades, o representante deveria até participar das reuniões do Conselho de Administração".



COTRIEXPORT

CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

**GENTE QUE SABE O QUE TEM,
PRECISA ESTAR SEGURA DIANTE DO IMPREVISTO.
CONSULTE-NOS**

Cotriexport Corretora de Seguros
Anexo à Cotrijuí-sede

ACABOU A FESTA

Em Estrela, na região da Serra, houve um churrasco para três mil pessoas, banda de música, discursos. O próprio ministro da Agricultura, Delfim Netto, tinha prometido comparecer, junto com seu colega da Previdência Social, Jair Soares. Mas na hora H, quem desceu do avião foi o secretário geral do Ministério da Agricultura, Amaury Stábile, que veio representando Delfim.

Além disso, choveu, e a grande festa teve de limitar-se ao churrasco, servido numa área protegida contra o mau tempo. Lá pelo meio da tarde, todos foram embora, voltaram para casa, e a vida continuou igual. Tinha passado mais um Dia do Colono, que se comemora todos os anos no dia 25 de julho.

Este ano, porém, o município de Estrela foi uma exceção.

Em Tenente Portela e Miraguaí, por exemplo, a chuva impediu maiores comemorações. Estava programado um desfile de trator, que sairia de Portela e iria até Miraguaí. Mas o desfile acabou só em Portela mesmo, e olhe lá. Miraguaí, por sua vez, contou com a presença de meia dúzia de gatos pingados, como se diz.

Em Chiapetta, onde foi programado um churrasco cuja renda serviria para construir a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, veio pouca gente. O presidente do Sindicato, Antoninho Lopes, disse que a festa só saiu porque os doces já estavam prontos e a vaca, carneada. A renda, que ele esperava fosse de Cr\$ 150 mil, ficou em torno de Cr\$ 40 mil.

Em Ijuí, a coisa foi ainda mais diferente. Em vez de comemorar, um grupo de agricultores passou o dia inteiro reunido numa sala da Fidene, refletindo sobre a questão da terra. Para o grupo, conforme disse um deles, "não havia nenhum motivo para fazer festa. Pelo contrário".

A época, definitivamente, pelo menos para os chamados "colonos", não está para festa. A própria Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag), em nota distribuída à imprensa no dia 25, fazia questão de lembrar a situação dos colonos gaúchos:

"No estado do Rio Grande do Sul, são 434 mil famílias de pequenos proprietários rurais que se encontram marginalizados do processo de desenvolvimento econômico e da distribuição da renda nacional. São milhares de famílias com pouca ou sem terra, sem acesso à mes-

Um grupo de agricultores de Ijuí, em vez de comemorar o Dia do Colono, preferiu discutir o problema da terra. "A situação não está para festas", disseram eles.



Parar para pensar nos problemas.

ma, porque não se cumprem as sábias normas do Estatuto da Terra, que determina a execução da Reforma Agrária", dizia a nota da Federação.

"LUTAR PARA MELHORAR"

Em Ijuí, o grupo de agricultores também chegou a conclusões semelhantes. Só quando sair a Reforma Agrária é que vai dar para fazer festa, um festão daqueles de antigamente.

A uma certa altura da discussão, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, Carlos Karlinski, lembrou os dados oficiais sobre a realidade em que vive a população rural brasileira, hoje: "Os pequenos agricultores somam 75 por cento da população rural, produzem 70 por cento da renda bruta. Mas possuem somente 25 por cento da terra".

Sempre citando dados oficiais, Karlinski continuou: "O Brasil tem hoje 850 milhões de hectares, dos quais mais de 480 milhões não possuem qualquer espécie de título ou documento. Das terras tituladas, 200 milhões de hectares são improdutivos".

Diante desse quadro, como fazer festa? "O colono não pode ficar fazendo festa enquanto as coisas vão mal", explicava Nelson Gellatti, jovem agricultor da Linha Salto, em Ijuí. Por isso ele compareceu à reunião dos agricultores e acha que valeu a pena: "A gente aproveitou a data para refletir sobre os nossos problemas. Ninguém falou

em Dia do Colono".

Anselmo Schorn, do Rincão dos Brizi, também tinha a mesma opinião: "Enquanto o negócio não está bom, não dá para fazer festa. Nós vemos o Dia do Colono de um modo diferente, nós achamos que devemos aproveitar a data comemorativa para mostrar que a situação não está boa, que nós precisamos lutar para melhorar. Aí sim a gente vai poder fazer festa. Então, enquanto uns talvez estejam comemorando, gastando o seu pouco dinheiro, a gente se reúne para discutir assuntos que preocupam toda a classe".

"FESTA PARA QUE?"

"Com esse negócio de Contabilidade Agrícola, eu pude saber que a minha família só trabalha oito meses por ano. O resto do tempo a gente não trabalha, porque simplesmente não tem o que fazer, pois a nossa terra é pouca. Então, vou fazer festa para que?", perguntava Euclides Gabbi, no final da reunião.

A discussão dos agricultores foi toda em cima de um único ponto: como fazer para que todos os pequenos agricultores e os sem terra se conscientizem da sua situação, saibam que é preciso uma Reforma Agrária e lutem por ela.

Ficou decidido, então, que serão feitas muitas reuniões com os agricultores, para inclusive ver o que cada um pensa da Reforma Agrária, "porque tem muito agricultor aí que é contra a Reforma

Agrária, acha que vai perder a pouca terra que tem", como lembrava Moacir dos Santos, um dos mais jovens do grupo.

As reuniões são necessárias porque, de acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, "a Reforma Agrária só vai sair no dia em que todos os pequenos proprietários e os agricultores sem terra a defenderem junto, sabendo porque e para que".

Hoje, de acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), vivem 11 milhões e 500 mil famílias no meio rural. Dessas, 8 milhões são assalariados, permanentes ou temporários, além de 500 mil parceiros e arrendatários. 70 por cento dos assalariados agrícolas ganham menos do que um salário mínimo e todos ganham menos do que três salários.

E A REFORMA AGRÁRIA?

Sem falar naqueles que já deixaram o campo e hoje vivem nas cidades, em condições sub-humanas. Sobre esses, a nota da Fetag também chamava a atenção:

"São pequenos agricultores com terras insuficientes e famílias numerosas, sem assistência técnica, sem crédito rural, sem seguro agrícola, que recebendo preços aviltantes pelos seus produtos e pelo seu trabalho, desiludidos e desesperançados abandonam o campo e engrossam as periferias faveladas das cidades, transformando-se em párias da sociedade, na mais iníqua e aviltante miséria. Esse é o quadro da mais cruel e injusta estrutura fundiária do País".

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura, em razão dessa realidade, também não comemorou o Dia do Colono. Apenas aproveitou a data para reforçar a reivindicação pela Reforma Agrária:

"Na data em que se festeja o Dia do Colono, a Fetag, representando o pensamento da liderança e dos seus 500 mil associados, ao levar o seu abraço fraternal, sua solidariedade, seu apoio incondicional às justas reivindicações classistas, reafirma aqui o seu compromisso de honra de continuar lutando por uma justa Reforma Agrária, por melhores preços, por melhores condições de vida, por uma justa distribuição da renda, para aqueles que com seu esforço anônimo no trabalho da terra, são uma das mais importantes parcelas do progresso harmônico da sociedade brasileira".

As dúvidas sobre o ICM

Está chegando ao fim mais um período de operações financeiras relativas à safra de soja, e toda vez que isso acontece surgem muitas dúvidas entre as instituições e pessoas envolvidas. As dúvidas são sempre maiores nas Prefeituras dos diversos municípios onde a Cotrijuí mantém Unidades de Recebimento, especialmente com relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM).

Isto porque é o ICM uma das principais fontes de receitas dos municípios e é justo que as Prefeituras mantenham controle sobre as diversas operações ocorridas no município, a fim de que não sejam prejudicadas na posterior redistribuição dos recursos arrecadados com o ICM. Por exemplo: o município é produtor de soja e grande quantidade da safra é entregue na unidade da Cooperativa. Acontece, porém, que a fábrica de óleo, onde este produto será transformado, ou o porto de embarque, de onde este produto será exportado, ficam em outros municípios. Não é justo que este município, por não possuir em sua sede uma fábrica de óleo ou um porto marítimo de exportação, tenha sua participação no ICM diminuída. Afinal de contas, a matéria-prima, a soja, no caso, é produzida naquele município.

OPERAÇÃO COMPLICADA

Para se entender toda es-

ta operação, é preciso primeiro compreender o complicado cálculo que determina a participação de cada município no ICM.

Ao encerrar cada ano fiscal (janeiro a dezembro), o Município deve fazer as contas: quanto foi produzido, quanto o comércio municipal comprou de outros municípios ou de outros estados. A soma destes dois valores deve ser diminuída do total das vendas daquele município. O resultado será o índice de participação do município na arrecadação do ICM.

Por exemplo: o município produziu, naquele ano, uma quantia que vamos chamar de 100. As compras realizadas pelo comércio, no decorrer do ano, somaram 80. As vendas totais do município, no mesmo período, chegaram a 200. O saldo positivo daquele município, nas suas operações de produção, compra e venda com os outros municípios, foi de 20.

O Governo do Estado, que é quem arrecada todo o ICM, na hora de redistribuir vai elaborar índices correspondentes ao saldo positivo do município naquele ano.

ALGUMAS DÚVIDAS

No caso específico da Cotrijuí, que lida com um grande volume de produção, sempre ficam algumas dúvidas. Por exemplo: os associados de Ajuricaba entregam sua produção

na unidade de Ajuricaba. Essa produção, depois, ou vem para Ijuí, para ser industrializada, ou vai para Rio Grande, para ser embarcada para o mercado externo. Como é que a Cotrijuí faz para saber qual é a exata produção do município de Ajuricaba, já que esse valor é importante para fixar o quanto de recursos do ICM o município vai receber?

"Na hora do recebimento da produção", diz Ari Zimpel, contador-geral da Cotrijuí, "a Cooperativa emite uma nota fiscal de recebimento do produto que é baseada na Nota Fiscal do produtor (antiga modelo 15). Nesta Nota do produtor, está escrito o município de origem da produção. Então, na mesma hora, é cadastrado na nota de recebimento o código referente aquele município, pois cada município possui um número próprio".

Assim, explica Ari, "sempre há meios de saber a quantidade de produção recebida naquele município".

O que complica um pouco mais a questão, entretanto, não é tanto o volume da produção mas o valor correspondente em dinheiro. É que, na hora do recebimento, a Cotrijuí paga um preço básico pré-estabelecido. E isto acontece com todos os produtos, seja soja, trigo, arroz, milho ou feijão.

"Nós adotamos este procedimento porque é com base neste preço pré-estabelecido que são concedidos os adiantamentos ao produtor. O critério para os adiantamentos, por sua vez, são: a) respeitar o preço mínimo do produto e; b) a disponibilidade de recursos para adiantamento que a Cooperativa tem", lembra o contador-geral.

Depois, quando chega dezembro, a Cotrijuí realiza um ajustamento no preço, de acordo com a média efetiva da real liquidação.

"Dessa forma, os registros fiscais ficam com os valores reais da produção primária dos diversos municípios", ex-

plica Ari Zimpel. Esse registro se dá através da Nota Fiscal global complementar que a Cotrijuí emite.

Para dar um exemplo: no ano passado, no município de Santo Augusto, o preço básico foi de Cr\$ 2,00 por quilo. Em dezembro, feito o ajuste, o preço final por quilo foi de Cr\$. . . 3,41 — e isto ficou registrado na Nota Fiscal complementar.

Há, ainda, um outro fator que também deve ser considerado em todo este cálculo: o valor alcançado pela transferência do produto do município de origem para outros, onde estão localizados a fábrica de óleo ou o porto de embarque.

Nessa transferência, a Cotrijuí computa, também, as chamadas despesas operacionais das unidades: luz, água, aluguel, pessoal, etc. Porque, se isso não fosse levado em conta, seria como se a unidade comprasse e vendesse (ao transferir para outro município) o mesmo produto pelo mesmo preço.

Os 22 anos

A bandeira branca, com os dois elos de uma corrente entrelaçados, amanheceu hasteada na sede da Cotrijuí no dia 20 de julho. Era um primeiro sinal de que a Cooperativa estava em festa naquele dia. Se não houve comemoração formal — churrasqueada, convites, discursos, e coisas do estilo — isso não quer dizer que deixou de ser importante para a Cooperativa completar seu 22º ano de fundação.

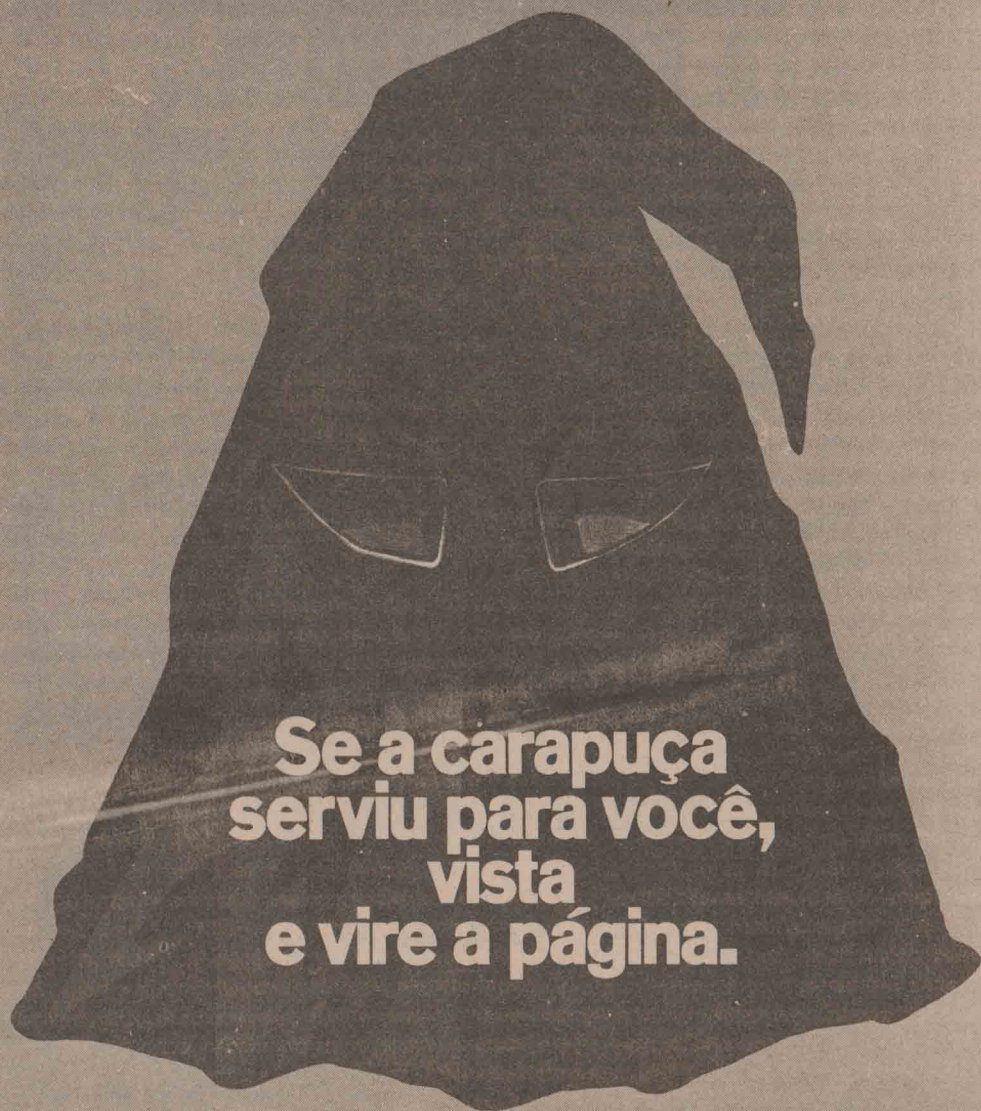
Em todos estes anos, na verdade, só uma comemoração realmente aconteceu: no 20º aniversário. E o Cotrijornal, inclusive, publicou um suplemento especial contando de toda evolução da Cooperativa neste período. Pequena ela não foi. Só os números de associados já expressa isso. Em 20 de julho de 1957 eles eram 23. Em 20 de julho deste ano eram 17.620.

A Associação dos Funcionários da Cotrijuí, da sede, porém, não quis deixar a data passar em branco. Programou um churrasco, ao preço de Cr\$ 45,00 por participante, que só não aconteceu no dia do aniversário — e sim uma semana depois — por causa da chuva. A mesma chuva que há 22 anos atrás impedira que muitos produtores, interessados na criação da Cooperativa, se deslocassem do interior até a cidade para assinar a ata de fundação.



Os funcionários não deixaram a data passar em branco

Amendoim Bravo ou Leiteiro, Joá, Caruru,
Corda de Viola, Beldroega, Carrapicho de Carneiro,
Trapoeiraba, Picão Preto e Picão Branco.



Se a carapuça
serviu para você,
vista
e vire a página.

BUSCANDO DEFINIÇÕES

Para o sistema de frete, tabelas . . .

Como o petróleo está sendo culpado de tudo quanto acontece neste País, seria de admirar se ele também não atingisse a área de produção de leite. Não que as vacas sejam movidas a óleo diesel ou alimentadas com óleo combustível. Mas os carros dos freiteiros sim. Que o negócio já andava ficando cada vez mais difícil devido aos aumentos nos preços de óleo diesel e gasolina, mesmo que o primeiro estivesse sendo até agora subsidiado, o produtor já pode sentir. Os freiteiros, é claro, mais ainda.

Então, agora, se está procurando encontrar uma nova solução para o transporte do leite da propriedade do produtor até a usina de beneficiamento. Para isso, o pessoal do Departamento Técnico que cuida da área de pecuária leiteira, anda fazendo uma série de reuniões nos núcleos de produtores. Explica o Otaliz de Vargas

Montardo, o veterinário responsável pelo setor:

— Chegamos a conclusão que aumentar o valor do frete não leva a nada. Reajustando cada vez os preços podemos acabar daqui a pouco com uma situação insustentável: 50% do preço do leite vai ficar no transporte. E assim não há produtor que agüente.

A SITUAÇÃO

Nas reuniões os técnicos estão conversando com os produtores para mostrar qual a situação real nesta área de coleta. Até agora já foi percorrida a grande maioria dos núcleos de Ijuí. O mesmo trabalho está se desenvolvendo em Augusto Pestana e Santo Augusto, outros municípios produtores da região. Em Ajuricaba, onde inclusive já foi iniciada a construção de um posto de resfriamento, as reuniões começam um pouco mais tarde. Ali, a

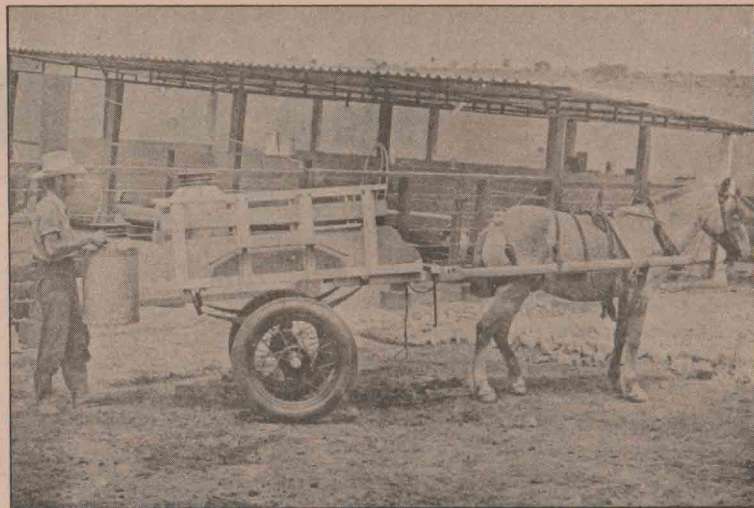
situação será um pouco diferente da dos outros locais. Mas são os próprios produtores que deverão encontrar a solução que melhor sirva para todo mundo.

É por esta razão que está sendo criado um Conselho de Produtores de Leite, sendo escolhido em cada núcleo um casal de associados para fazer parte. Este Conselho auxiliará na tomada de decisões na área do leite, inclusive, e principalmente, na definição de um novo esquema de transporte. Diz o Otaliz:

— O atual esquema, de ir passando na maioria das vezes de casa em casa para buscar os tarros não pode continuar. É impossível de sustentar uma situação destas.

SUGESTÕES

Então nos núcleos o pessoal conversa o que pode ser feito. Uma das coisas sugeridas, até



Quem duvida que as carroças não voltem?

agora, é que os produtores vizinhos se agrupem, em número de 5-6, ou até mais se for preciso, ficando um deles encarregado de levar a produção até a estrada principal, por onde passaria então o freiteiro. E vão se alternado: um leva até a plataforma num dia, um segundo no outro e assim por diante. O modo de chegar em cada estrada o próprio grupo pode decidir: de carroça, de trator, a pé, etc.

Esta foi a idéia que Mário Darci Jacoboski levantou lá numa reunião da Linha 6 Leste:

— É certo se evitar tantas paradas do freiteiro, porque daí a demora é menor, os perigos do leite ficar ácido diminuem e ainda por cima se barateia o frete. Tem que dar uma caminhada, é certo, mas também é bom como exercício.

É claro que esta sugestão não é muito bem aceita por todos, pois não é muito fácil, em alguns casos, chegar no estradão. E se chove, então, o negócio fica pior ainda: é barro até não poder mais. Mas ela foi apenas a primeira a aparecer. Quem sabe alguém encontre uma solução melhor.

NENHUMA DECISÃO

Por enquanto não vai ser tomada qualquer decisão. Vai depender do Conselho de Produtores. Pode até acontecer, quem sabe, do pessoal achar que o melhor é continuar aumentando o frete. Ele hoje, na verdade, pesam menos no bolso do que quando a Cooperativa começou a trabalhar com leite. Os cálculos são do Otaliz:

— Naquela época, dois anos atrás, o frete tinha um valor só, independente da quantidade de leite entregue por cada produtor: Cr\$ 0,50, o que representava 16,12% do preço que era pago pelo litro de leite (Cr\$ 3,10). Agora adotamos uma tabela: quanto mais leite entregar, menos o produtor paga de frete. Pelo maior valor, que é Cr\$ 0,75 por litro, (entrega de 1 a 30 litros), o percentual do frete é de 14,5%.



Mário: um exercício

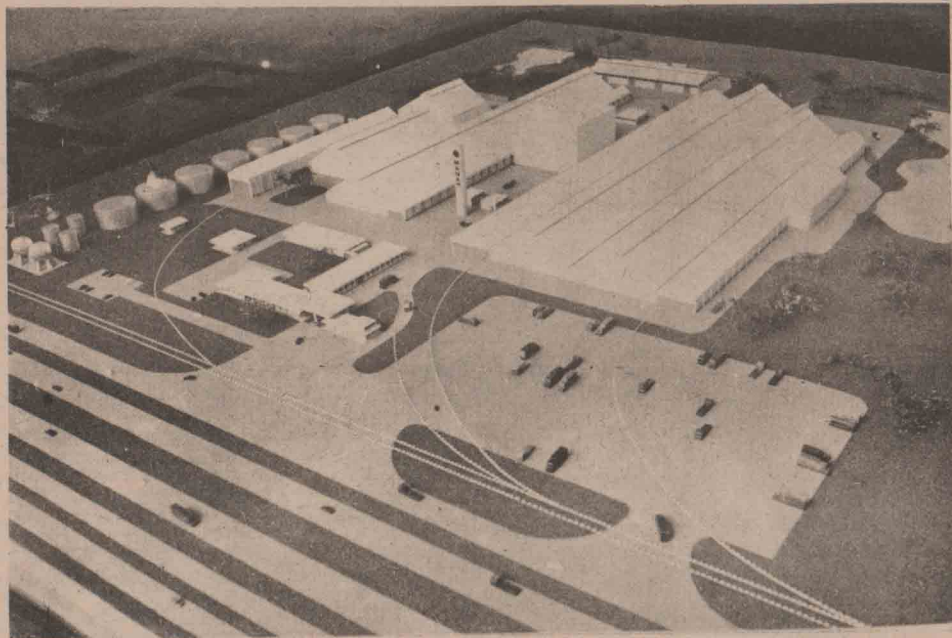
Pelo menor, de Cr\$ 0,45 por litro (acima de 151 litros) é de Cr\$ 8,9%. Conseguimos reduzir o custo porque aumentou razoavelmente a produção e também o rendimento das linhas. É que adotando as plataformas nas estradas, diminuíram as paradas feitas pelos freiteiros, tornando mais econômica a coleta.

Se os técnicos acham certa a adoção da tabela, muitos produtores ainda se perguntam se realmente é justo diferenciar o preço do frete de acordo com a produção entregue. O argumento de Otaliz, por exemplo, é que não é a área da propriedade que vai limitar a produção. Assim, o pequeno proprietário nem sempre é que o menos produz. Acontece até o contrário, se ele pretende se dedicar ao leite.

Mesmo assim, nas reuniões, às vezes, o pessoal levanta o assunto, dizendo que para quem tem pouca terra, pagar mais de frete sempre é pesado, mesmo que a produção não seja das menores. Agora tem outros, como o seu Mário, que entrega de 10 a 14 litros por dia e é proprietário de 24 hectares que acha justa a tabela. Ele entende até como um incentivo para produzir mais.

Este negócio, se continua a tabela ou volta um preço único, é um assunto que no Conselho de Produtores pode e deve ser resolvido. Vai depender do que a maioria dos núcleos quiser.

NA MANAH EXPANSÃO TEM SIDO META PRIORITÁRIA



A FÁBRICA DE RIO GRANDE É UMA PROVA.

Produzir mais, chegar mais rápido e economicamente à lavoura, oferecer cada vez melhores opções aos agricultores brasileiros, faz parte da filosofia da MANAH nos seus mais de 30 anos de presença na terra. A nova Unidade Industrial de Rio Grande está aí para provar isso.



com
MANAH
adubando dá!

com
MANAH
adubando dá!

TCHÊ!



Os venenos não matam apenas as pragas
Consulte sempre um técnico antes de aplicá-los na lavoura

INSETO CONTRA INSETO

Luiz Volney Mattos Viau*



O pulgão

O controle de pulgões no trigo pode ser feito através de um método eficiente, barato e que tem a vantagem de não poluir o meio ambiente. É o controle biológico, que consiste na utilização de inimigos naturais, mantendo os níveis de populações de pragas em equilíbrio.

Sabemos que na natureza todos os organismos vivos se mantêm em equilíbrio. Quando é alterado este equilíbrio, através de modificações no meio ambiente, há condições favoráveis para o desenvolvimento de determinado tipo de inseto.

O crescimento de uma população de insetos é controlada por uma outra população, que chamamos de inimigos naturais. Todos os seres vivos na natureza, possuem os seus inimigos naturais. O que entendemos por inimigos naturais? Podemos exemplificar: O gato é um inimigo natural do rato.

Assim, as pragas do trigo e também de outras culturas possuem seus inimigos naturais.

O controle biológico de insetos é uma prática muito antiga. Os chineses, há muitos séculos já utilizavam no controle de insetos indesejáveis.

O grande sucesso dessa prática foi a introdução, na Califórnia, (Estados Unidos) da joaninha trazida da Austrália, em 1888, para o controle do pulgão branco dos citros.

Atualmente muitos países como França, Irã, Chile, Estados Unidos, Israel e Austrália vêm utilizando este método no controle das pragas das plantas cultivadas. No Brasil ele foi empregado no combate à broca do Café em 1924, em São Paulo.

Em 1978 a Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária, através do Centro Nacional de Trigo, em Passo Fundo, iniciou um programa de pesquisa visando o controle biológico dos pulgões que atacam o trigo.

Estas pesquisas foram conduzidas inicialmente com o objetivo de estudar os inimigos naturais existentes, e promover a introdução e criação de inimigos naturais de outros países para distribuição nas regiões tritícolas do Estado.

Neste mesmo ano foram importados várias espécies de inimigos naturais que foram criados e multiplicados. Agora eles estão prontos para serem distribuídos, em grande quantidade na presente safra de trigo.

Os inimigos naturais encontrados em nossas lavouras são as vespinhas, joaninhas e mosquinhas.

As vespinhas introduzem um ovo dentro de cada pulgão. Deste ovo nasce um inseto jovem que vai se alimentando do pulgão terminando por matá-lo. O pulgão atacado apresenta uma coloração dourada. Uma só vespinha pode atacar até 1000 pulgões. Em alguns países as vespinhas são tão eficientes que têm controlado os pulgões sem a necessidade da aplicação de inseticidas químicos.

As joaninhas são outros insetos que destroem grande número de pulgões. Trata-se de um besourinho arredondado, de coloração avermelhada quando adulto. O inseto jovem apresenta-se com a forma de um jacaré, com coloração preta e manchas alaranjadas.

Encontramos outro tipo de joaninha, com 6 milímetros de comprimento e coloração preta com manchas amarelas, que se alimenta inclusive de lagar-

tas. Existem também moscas que se alimentam de pulgões. Há informações de que uma dessas mosquinhas pode destruir 360 pulgões em apenas três horas. Esses insetos são vistosos, com o corpo listrado, de coloração amarela e preta. Os insetos jovens tem a forma de um sabugo, de cor verde, com aproximadamente 10 milímetros de comprimento.

A Cotrijuí, participará do projeto integrado de controle biológico dos pul-

gões do trigo, desenvolvido pela Embrapa, inicialmente aplicando este método em lavouras localizadas em Ijuí, Ajuricaba, Augusto Pestana e Santo Augusto.

O trabalho procura distribuir, a produtores dessas regiões, inimigos naturais recentemente importados, que foram criados e se encontram no estágio ideal para serem espalhados nas lavouras.

As lavouras escolhidas para esta tarefa, não receberão inseticida quí-

mico, e serão acompanhadas pelos técnicos da Embrapa e Cotrijuí. Eles observarão a adaptação desses insetos avaliando também o seu desempenho no controle dos pulgões.

O método não diminuirá por completo os pulgões, mas esperamos que sua população se mantenha num nível que não provoque danos apreciáveis na cultura.

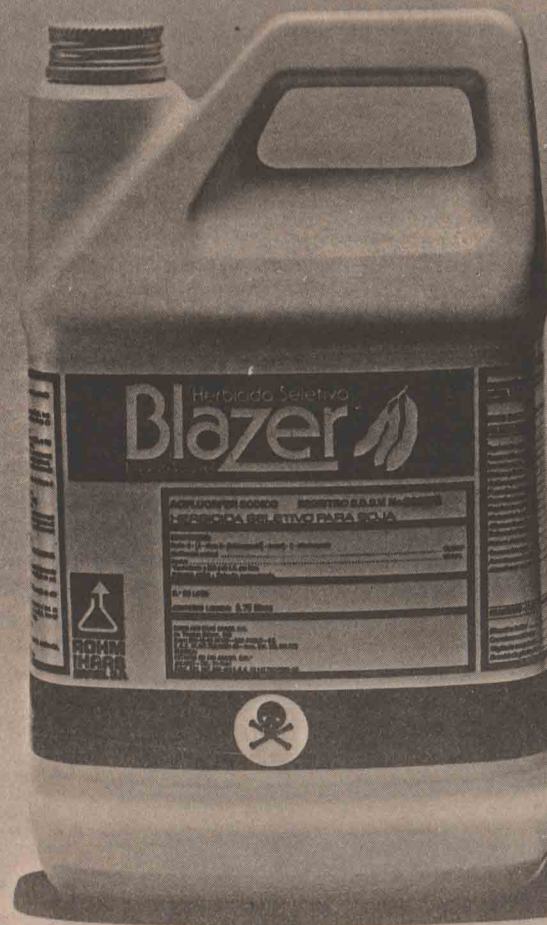
* Volney é agrônomo do Departamento Técnico da Cotrijuí.

Herbicida Seletivo para Soja **Blazer** O carrasco das ervas de folhas largas.

Antigamente a gente plantava soja e esperava crescer. Ai então vinham as ervas daninhas de folhas largas e não! Comiam tudo. Não sobrava nada nem pra contar estória. Pra acabar com isso é que surgiu Blazer, o carrasco das ervas de folhas largas.

O que é Blazer:
Blazer - o carrasco - é um herbicida seletivo de pós-emergência com ação de contato, que não perdoa. Trocado em miudos, Blazer - o carrasco - mata o que tem que matar, na hora certa e deixa protegida a plantação, sem estragar a terra. Seus efeitos são muito rápidos e podem ser vistos um dia após a aplicação. Amendoim Bravo ou Leiteiro, Joá, Caruru, pode ser o nome mais complicado que existe, a erva mais dura de roer, que Blazer - o carrasco - mata sem piedade.

Como aplicar Blazer:
Blazer - o carrasco - é para ser aplicado com



pulverizadores terrestres ou através de aplicações aéreas. Blazer pode ser aplicado também nos campos já tratados com herbicidas pré-emergentes. Aliás, Blazer - o carrasco - deverá ser aplicado sempre sobre lavouras tratadas com graminicidas, pois sua ação sobre capins, é secundária. Blazer - o carrasco - é apresentado em formulação líquida, solúvel em água, contendo 224g de ingrediente ativo por litro. Você vai ver. Com Blazer trabalhando junto, a soja do homem erva daninha não come.



Fabricante de:
Blazer, Dithane, Stam, Kelthane e Karathane.

São Paulo, SP: Rua Padre João Manoel, 923 - 13º a., Fone: 280-3211 • Curitiba, PR: Rua Anne Frank, 3803 - Fone: 76-1693 • Novo Hamburgo, RS: Rua Pedro Adams Filho, 3102 - Fone: 95-1955

A HORA DE EDUCAR

Noemi Hüth e Iolanda Teixeira*

Sabe-se que a qualidade da educação inicial de uma criança influi sobre toda a vida da pessoa, gerando seus sucessos e a maneira como ela enfrenta suas dificuldades.

Logo a preparação e educação dos pais, não somente no sentido de gestos e palavras como também de sentimentos, espírito, hábitos, instrução e, acima de tudo, de caráter, se refletem e influem de modo decisivo na educação dos filhos.

Diante disto, a tarefa de educar ou acompanhar o filho em suas fases de desenvolvimento físico e mental, se torna indispensável aos pais.

A identificação da criança em sua primeira infância (do zero mês de nascimento aos três anos de idade) se divide em três fases. Importante é lembrar que estas fases são pontos de referência e que variam de criança para criança.

Aí a necessidade dos pais conhecerem a individualidade dos filhos, em saber em que eles agem e reagem diferente do filho do vizinho, ou do priminho da mesma idade. Se uma criança, por exemplo, tem um desenvolvimento motor mais lento, custando a engatinhar e andar, pode, por outro lado, ter maior facilidade de falar.

Reforçamos aqui a sensibilidade que os pais devem ter, conhecendo seu filho como ele é, sem exigir ou esperar do bebê mais do que ele tem condições de fazer ou dar.

FASE SENSORIAL (0 a 6 meses)

É quando o bebê começa a formar seu desenvolvimento físico. Após as cinco semanas ele já é capaz de conhecer as pessoas de sua intimidade. Após os três meses já procura objetos que deixa cair. Sua vida se baseia mais nos instintos, como mamar, e reflexos como chorar, tossir, vomitar, sorrir.

FASE MOTORA (6 meses a 1 ano)

Os movimentos antes desorganizados geralmente começam devagarinho a organizar-se. Geralmente dá os primeiros passos com um ano. Desenvolve sua capacidade auditiva e visual. As pessoas desconhecidas podem ser aceitas ou rejeitadas. Desde então desenvolve-se a capacidade imitativa.

FASE GLÓSSICA (2 a 3 anos)

Nesta fase acontece o desenvolvimento da linguagem. A criança começa a emitir gritos e sons, que a fazem feliz só de ouvi-los. Repete o que os outros lhe dizem, só porque o som lhe agrada. As crianças

nesta idade têm necessidade de pertencer a alguém e que também esse alguém a queira bem. A falta desse amor poderá causar distúrbios emocionais na criança, com conseqüências desagradáveis. A criança, nesta idade, gosta de mexer e investigar tudo. Mas os adultos sempre impõem barreiras, e ela, visando se afirmar, procurará romper sempre essas barreiras.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PRIMEIRA INFÂNCIA

A criança imita. A imitação é o fundamento de sua aprendizagem.

— Quer ver, ouvir e tocar tudo.

— É extremamente sensível. Gosta de ser querida e mimada.

— Não gosta de dar nem repartir.

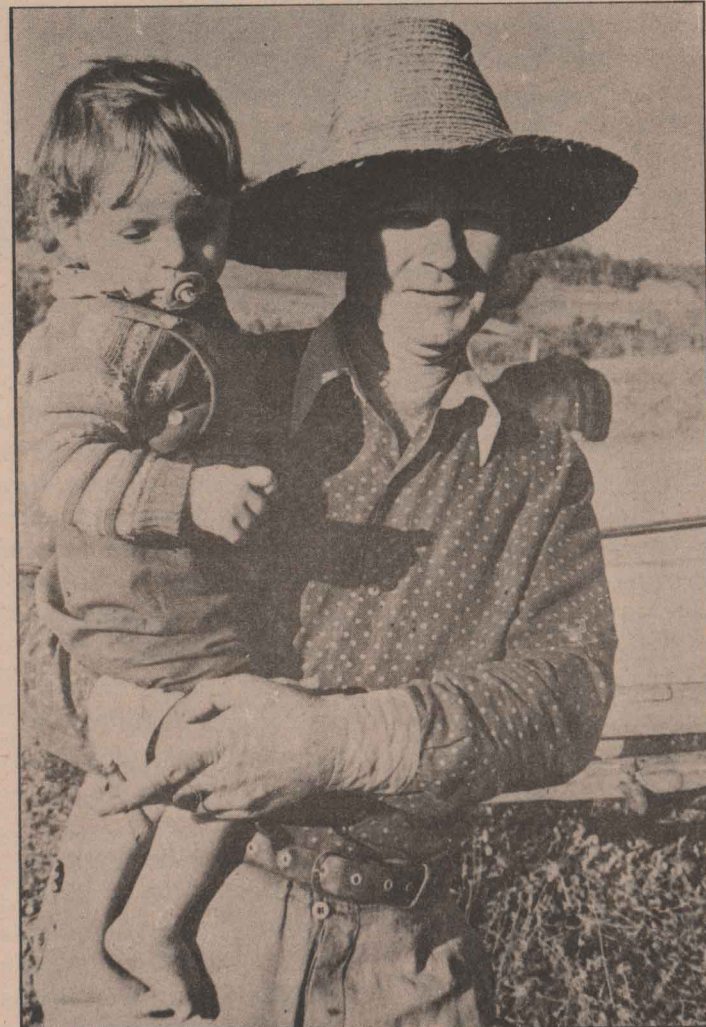
— Está mais tempo aos cuidados da mãe, tendo, portanto muita influência a mãe na vida do filho.

— Ao aprender a caminhar e a se afirmar, a vida psíquica da criança começa também a se afirmar.

— A figura da mãe vai aos poucos perdendo sua importância pela do pai.

Considerando, que para conseguir um emprego e dirigir um automóvel os candidatos se submetem a testes, prova de habilitação; exames, etc... Perguntamos: — Como para educar um filho, acompanhá-lo em suas fases de desenvolvimento, nada é exigido? Não será esta uma tarefa árdua, difícil e delicada?

— Será que se existissem maiores preocupações e maiores precauções fossem tomadas neste sentido, não existiriam crianças com menos problemas?



Numa determinada fase, a identificação da criança é feita através do comportamento do pai.

Dirigimo-nos a vocês, que ainda estão dispostas a pensar, repensar e inclusive modificar seu próprio esquema mental e de valores. A vocês que ainda não estão acomodadas e se mostram dispostas a fazer algo por um mundo melhor. Que não estão preocupadas com grandes titulações, e estão convivendo com a família o dia inteiro. Que a necessidade econômica não as empurrou para fora do lar o dia todo. A vocês deixamos o nosso apelo: Dê atenção ao seu filho na hora

exata, não procure deixar para depois. Este depois não será hoje e nem amanhã. Importante salientar que esta não é só a tarefa da mãe mas também do pai. Pois sabemos que nós como Pais e Educadores somos os grandes responsáveis pelo que nossos filhos venham a ser no futuro.

Portanto cabe a nós esclarecer e orientar.

* Noemi e Iolanda coordenam o trabalho junto aos núcleos de senhoras e filhas de associados da Cotrijuí.

Faça a prova do trigo!

Quando você usar herbicida na soja, não deixe de usar Dual pelo menos em uma parte de sua lavoura. Na hora de plantar o trigo faça a prova: onde passou Dual não há mais resíduos que impeçam que o seu trigo cresça forte e bonito.

CIBA-GEIGY



Dual, o herbicida para a soja e que respeita o trigo.



Consumo em discussão

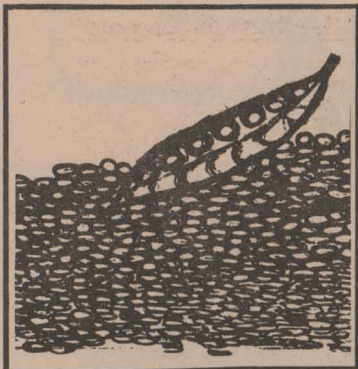
Procurando uma maior participação da família do agricultor na Cooperativa, uma comissão de senhoras e filhas de associados da região de Ijuí estará reunida na sede da Cotrijuí, no dia 29 de agosto. A comissão discutirá o funcionamento da área comercial, e ainda levantará sugestões que possam ser aplicadas para um melhor funcionamento da seção de consumo.

Têm sido comum nas reuniões de núcleos o levantamento de assuntos referentes a esta área, surgindo também várias sugestões para um me-



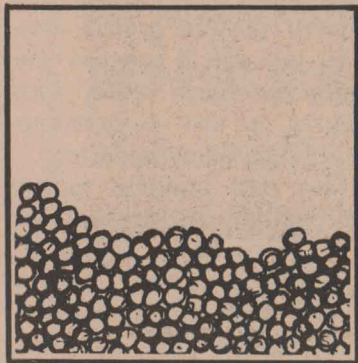
O movimento no mercado de Ijuí exigiu a ampliação da área para instalar mais três caixas registradoras. Agora é a oportunidade de levar mais a fundo esta discussão.

LAVOURA NO MÊS



LENTILHA

As condições climáticas ocorridas durante o mês de julho favoreceram o surgimento de **Antracnose**, moléstia que pode comprometer seriamente esta cultura. Porém, neste mês de agosto pode ocorrer um período úmido e, se a temperatura for alta, a planta poderá ser atacada. Ainda é época para fazer uma capina, deixando a terra solta e bem arejada dando, assim, melhores condições para o desenvolvimento da planta.



ERVILHA

A sementeira da ervilha está agora encerrada e para as lavouras implantadas agora é época de fazer a capina permitindo um melhor arejamento do solo. O ataque de moléstias é também freqüente neste período. Se elas ocorrerem deve ser procurada orientação junto ao Departamento Técnico pois os defensivos a serem utilizados devem ser específicos para que se consiga bons resultados no controle da doença.

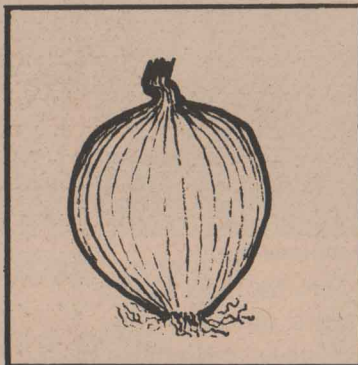


ALHO

As lavouras de alho estão mantendo o bom desenvolvimento, com as plantas apresentando um porte satisfatório. A partir de agora não devem ser feitas aplicações de Uréia, pois isto pode prejudicar a qualidade final dos bulbos. A limpeza deve ser observada, evitando a competição de inços neste período para não com-

prometer a produção. O surgimento de ácaros, que são pequenos insetos que sugam as folhas, deve ser observado. Estes insetos são difíceis de encontrar nas folhas, pois seu tamanho é bem pequeno. Mesmo assim causam grande prejuízo devendo ser combatidos assim que aparecerem sintomas de sua presença.

Recomenda-se a aplicação de quatro gramas de Borax por litro de água. Podem ser feitas diversas aplicações, permitindo-se mesmo que seja mistura-



CEBOLA

A aplicação de uréia em cobertura na proporção de cinco gramas por metro quadrado, pode ser associada com a capina que, por sinal, é recomendada neste período. O surgimento de alternaria (pontas secas e manchas nas folhas) também é freqüente, principalmente se o tempo for úmido e a temperatura alta. Esta moléstia pode ser controlada com fungicidas específicos. Só que eles apresentam pouca eficiência. É também comum o surgimento de ácaros e trips, pequenos insetos que sugam as folhas, que devem ser combatidos de acordo com orientação do Departamento Técnico.



BATATA

O plantio da batata exige que se compre as sementes com antecedência para que ocorra a brotação dos tubérculos. Assim a lavoura vai apresentar um desenvolvimento mais uniforme. A brotação pode ser forçada por abafamento, colocando num buraco camadas de batata e palhas cobrindo-as com terra, não esquecendo de deixar alguns respiros com bambu (taquara). Pode-se também usar compostos químicos (ácido giberélico), que dificilmente se encontra disponível em nosso meio. Em 15 ou 20 dias as batatas poderão estar com brotação adequada ao plantio.

Recados

A lavoura de trigo entrou num período crítico. Do início de agosto até a colheita é fundamental que o produtor esteja presente na lavoura para acompanhar o desenvolvimento de pragas e doenças. Não adianta só plantar o trigo e esperar para colher. Pelo menos duas ou três vezes por semana a lavoura deve ser percorrida para verificar seu estado. Qualquer problema de infestação de pragas ou moléstias será melhor controlado se descoberto a tempo. Procure, se for preciso, orientação no departamento técnico de sua unidade.

Dia 13 de agosto iniciam na cooperativa os trabalhos de repasse para o custeio das safras de verão. A elaboração dos orçamentos para lavoura de soja e milho, via Banco do Brasil, já estão há algum tempo em andamento.

O setor de forrageiras informa: quem estiver interessado no plantio de alguma forrageira de estação quente deve providenciar seus pedidos de reserva de semente com a maior rapidez possível. É que está havendo uma grande procura de sementes, esgotando praticamente as reservas. Existe em maior disponibilidade apenas semente de milho e papuã.

Depois de muita demora, foi conseguida a confirmação de 50 toneladas de semente de sorgo. A entrega aos produtores inscritos deverá se iniciar na segunda quinzena do mês.

Foi iniciado um novo programa de repasse de vacas através de recursos do BNCC (Banco

Nacional de Crédito Cooperativo). A verba disponível é de Cr\$ 10 milhões para atender todas as solicitações dos associados. Os interessados devem providenciar sua inscrição neste programa.

O Departamento Técnico encontra excelentes perspectivas de aumento na produção de milho na Região Pioneira. O pessoal está se baseando no aumento significativo na procura de sementes de algumas variedades.

O plantio de espécies florestais contará com uma nova sistemática, ficando à disposição dos interessados uma completa orientação sobre semeadura e finalidades dos diversos tipos de madeira. Maiores detalhes serão informados através de programas de rádio da Cooperativa e mesmo do Cotrijornal.

Na recente Exposição de Gado Leiteiro, realizada no Parque Assis Brasil, em Ijuí, a meta de dos compradores de animais foram associados e fornecedores de leite da Cotrijornal. Os números do movimento da Feira são os seguintes: 282 animais presentes; 221 animais vendidos; 28 expositores e 87 compradores. O valor total das vendas atingiu Cr\$ 5.784.750,00, o que resultou num preço médio por animal de Cr\$ 26.175,33.

Os técnicos agrícolas das regiões do Alto Uruguai, Missões e Planalto Médio estarão reunidos na Afucotri de Ijuí no dia 25 de agosto. O tema principal da reunião é a análise da situação em que se encontram estes profissionais, com o levantamento de problemas da classe.

ORDENHADEIRAS



LEITE CANALIZADO



VOCÊ SABIA QUE UMA INSTALAÇÃO DE "LEITE CANALIZADO" MANUS/TRILHOTERO CUSTA BEM MENOS DO QUE VOCÊ PENSA?

Veja porque:

- * Você dimensiona a instalação de acordo com o número de vacas a serem ordenhadas e o sistema a ser utilizado.
- * Em uma pequena sala de ordenha você pode ordenhar um grande número de animais em pouco tempo.
- * O leite é transportado do úbere até os tarros ou tanque resfriador através da tubulação de vidro pirex, eliminando os problemas de contaminação.
- * O equipamento é extremamente simples de ser operado e a higienização final é totalmente automatizada.

POR TUDO ISSO É QUE SE DIZ QUE A MANUS/TRILHOTERO É A ORDENHADEIRA QUE LHE PROPORCIONA MAIS LEITE E MAIS LUCROS.

Consulte-nos hoje mesmo sem compromisso:

- * Fornecemos plantas de estábulos.
- * Assessoramos na construção.
- * Garantimos assistência técnica realmente permanente.

TRILHOTERO
 TRILHO OTERO INDÚSTRIA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.
 Rua Dona Teodora, 1461 - Caixa Postal, 1125
 90000 - PORTO ALEGRE - RS - BRASIL
 Telefone: (0512) 42-3366
 Telex: 051-1035 OTER BR
 End. Telegráfico: TRILHOTERO

UM DINHEIRO QUE NÃO MUDA NADA

O que representa emprestar Cr\$ 350,00 para quem já está devendo Cr\$ 2.871,56?

Os Cr\$ 350,00, quando muito, representam um alívio momentâneo. Mas é mais uma dívida que estará se somando ao total que o agricultor já comprometeu por hectare de lavoura. Este é o valor, por hectare, do crédito de emergência concedido pelo Governo no final de julho para auxiliar os produtores gaúchos que tiveram suas safras de soja, milho ou arroz frustradas pela seca. Só que o agricultor acumulou até o final da safra de soja deste ano um déficit calculado em Cr\$ 2.851,56 por hectare que cultivou.

Além do crédito de emergência, que só atingirá os produtores que financiaram suas lavouras e perderam parte da colheita pelas condições climáticas desfavoráveis, foi concedida ainda uma prorrogação das dívidas de custeio (por dois anos) e dos financiamentos de investimento (por um ano).

Mas será que isto resolve alguma coisa? Ano passado foi tomada medida semelhante, com um crédito de Cr\$ 225,00 por hectare financiado. Uma comissão de dirigentes de cooperativas gaúchas formou uma caravana — logo apelidada de "caravana da miséria" — e percorreu os gabinetes oficiais de Brasília, pedindo Cr\$ 7 bilhões para resolver o problema. Os dados que justificavam o auxílio eram os de sempre: a descapitalização pelas sucessivas frustrações de safras, o rombo na economia do Estado, etc. Só que o Governo deu exatamente a metade: Cr\$ 3,5 bilhões. E ainda por cima dividiu este dinheiro: Cr\$ 1,2 bilhões como crédito e Cr\$ 2,3 bilhões como prorrogação das dívidas.

O PEQUENO DE FORA

A primeira crítica que sofre a medida é exatamente esta. Ao dividir os recursos, o Governo, na verdade, deixou de atender as necessidades imediatas de capitalização do produtor. Segundo a Fecotriga, que coordenou a "caravana da miséria", o produtor que colheu 14 sacos por hectare terá recursos, numa situação normal, de pagar os financiamentos de custeio e as prestações dos financiamentos de investimento. Isto quer dizer que os Cr\$ 2,3 bilhões não terão utilidade para os produtores. O que eles precisam é de dinheiro para pagar as dívidas fora dos bancos.

Mas o pior, porém, é que a medida só atende quem financiou a lavoura, quando se sabe que o crédito bancário não atinge exatamente quem mais precisa dele: o pequeno agricultor. Pelos cálculos



Raul: falta é preço

da Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) 40% dos produtores (cerca de 160 mil no Estado) não serão incluídos no auxílio.

Outra crítica é que a medida atende indistintamente a todos produtores que tiveram suas safras reduzidas. Desta forma, muitos deles só aproveitarão a oportunidade para obter um dinheiro barato — 15% de juros —, pois na verdade não se encontram em verdadeira situação de emergência. O crédito, que foi concedido na intenção (pelo menos diz a confusa circular que o autorizou) de proporcionar recursos para que os agricultores possam manter a si e à sua família, será empregado com outras finalidades. Enquanto isto, produtores realmente necessitados, ficam de fora.

DECEPÇÃO

Mais do que uma verdadeira alegria, a medida trouxe muita decepção ao pessoal que foi à Brasília. O pedido inicial das cooperativas era de um crédito escalonado: Cr\$ 1.260,00 por hectare para as regiões onde foi perdida 30% da safra; Cr\$ 1.680,00 nos casos que quebras até 40% e de Cr\$ 2.100,00 para quebras superiores a 40%. E o pessoal da Fecotriga entrou em Assembléia Permanente, esperando o atendimento das medidas que vinham sendo pedidas desde março. Como o recurso foi distribuído de uma forma não considerada justa, propuseram um remanejamento do auxílio, na tentativa de que ele realmente beneficiasse os produtores.

"O que vou fazer com Cr\$ 1 mil e pouco deste tal de crédito?" perguntava Geraldo Lourenço Goi, de Parador, em Ijuí. "Tenho só quatro hectares financiados e isto não adianta nada".

Geraldo acha errado este sistema de dar o crédito de emergência pela área plantada:

Achava que tinha que ser



Paulo: comprar terra

por cabeça da família. São tantas pessoas, ganha tanto por cada uma.

Ele nem vai pegar o dinheiro. É tão pouco que não compensa a função de juntar toda papelada e se enfiar de novo no Banco. "E se fosse mais", diz ele, "só ia ajudar a enterrar o cara mais ainda".

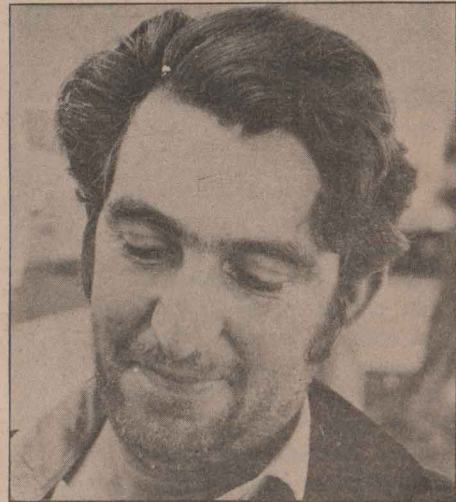
COMPRAR TERRA

Se Geraldo não pega o dinheiro, já o seu Paulo Tiecher, dono de 116 hectares em Parador, Ijuí, não vai dispensar a ajuda porque diz que está precisando. Ele plantou 95 hectares com soja ano passado e só conseguiu colher 800 sacos:

— Que é pouco dinheiro isto é. Mas pouco também serve. Se eu receber vou aproveitar para pagar uma prestação de uma terra que eu comprei, uns 12 hectares.

Outro que vai tentar receber é o Raul Reis, de Formigueiro, em Augusto Pestana. Mas ele explica o porquê:

— Tenho que pagar o arrendamento e não tenho dinheiro. E tem ainda o colégio dos filhos que pesa pra gente.



Geraldo: pagar por cabeça

SOLUÇÃO É PREÇO

Raul afirma que só vai usar este dinheiro porque precisa mesmo. Tanto que até já pensava que, mais cedo ou mais tarde, teria que recorrer a um empréstimo, pagando um juro bem mais alto:

— Mas tem também muitos que se aproveitam da oportunidade de pegar um dinheiro barato no banco sem estar precisando. É coisa igual aquela de adubo, do pessoal que se aproveitou dos abatimentos de 40 por cento que o agricultor tinha. Foi o negócio do adubo papel que acabou prejudicando todos nós.

Que não é solução este crédito de emergência, o Raul nem duvida:

— A solução é não acontecer mais frustração de safra. Mas como isto ninguém pode garantir, o melhor negócio era o Governo pagar de acordo aquilo que a gente produz. Não é dando dinheiro assim que resolvem. Que ajuda, ajuda. Mas por pouco tempo. Falta é preço que compense o que se colhe.

A dívida acumulada

As perdas nas safras de trigo e soja plantadas de 1977 somadas a esta frustração da soja provocou um desequilíbrio financeiro para o produtor agrícola no Rio Grande do Sul. Ele só suportou as quebras do trigo e de uma das safras de soja porque sua situação financeira era melhor naquele momento.

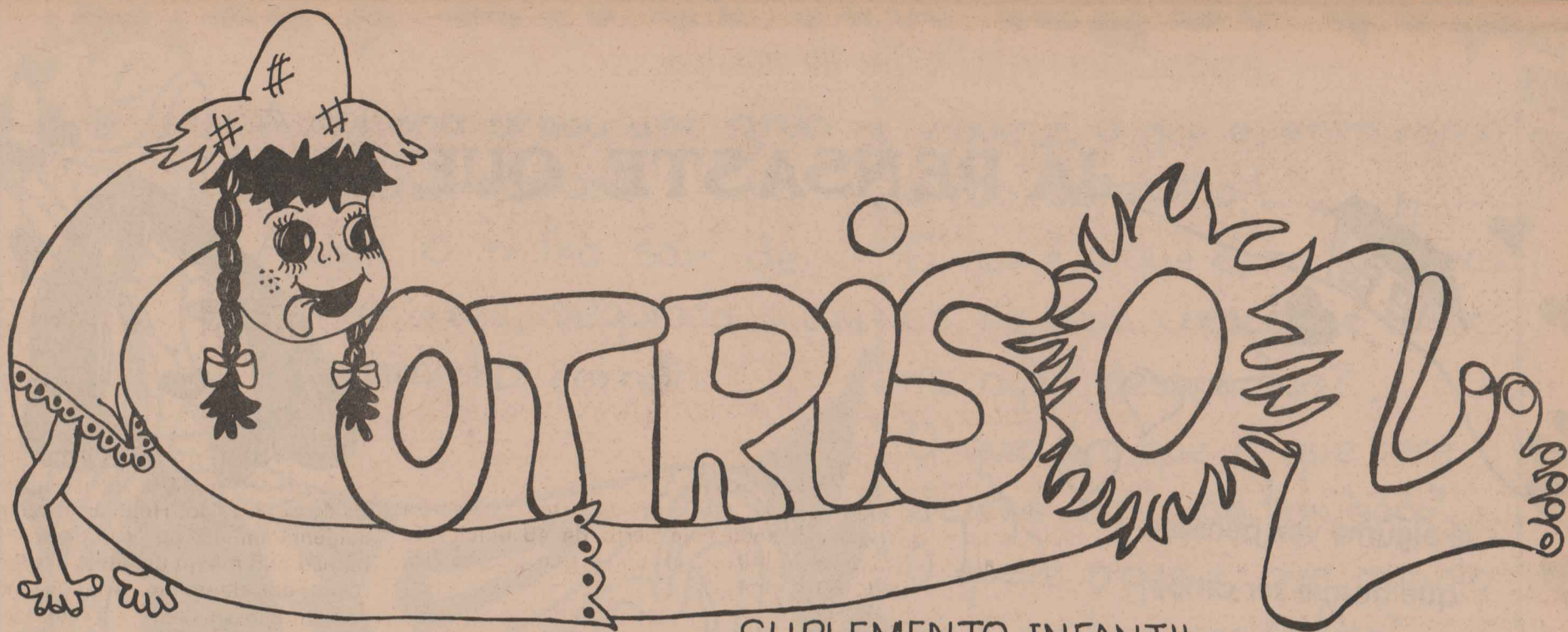
Em 1977 o rendimento médio por hectare de trigo semeado foi de 483 quilos, só superior a uma das piores frustrações já registradas: a de 1972, que alcançou um rendimento de 309 quilos. Já na safra passada houve uma recuperação: 1.210 quilos por hectare. Mas esta safra frustrada de trigo resultou num resultado negativo, para o produtor de Cr\$ 591,00 por hectare.

Em 78 a produção média da soja foi de 1.217 quilos por hectare, contra os 1.627 da safra de 1977. Esta diferença de mais de 400 quilos no rendimento provocou um segundo déficit, agora de Cr\$ 516,00 por hectare.

O trigo deu bem no ano passado. Mas a safra de soja, colhida este ano, foi um desastre: alcançou uma produtividade média de 870 quilos por hectare, quase a metade da última safra que apresentara um bom desempenho. Aí surgiu mais uma dívida, agora de Cr\$ 1.063,65 por hectare. Somando todas elas se chega a um total de Cr\$ 2.486,40, que acrescidos de Cr\$ 385,16 de custos financeiros, formam um total de Cr\$ 2.871,56 por hectare.

Este é o déficit que o agricultor tem até o momento com a sua lavoura. Se retirar o crédito de emergência, de Cr\$ 350,00, ele subirá para Cr\$ 3.221,56 por hectare.

(Cálculos da Fecotriga)



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

UNIÃO A TODO O VAPOR

UNIÃO. Esta palavra é muito importante e para todos nós. Ouvimos e repetimos esta palavrinha a todo o momento. As pessoas grandes vivem dizendo que "A UNIÃO FAZ A FORÇA". Por isto, organizam suas cooperativas, sindicatos, onde unidos procuram resolver seus problemas. Ou então, quando se quer organizar uma festa, um time de futebol, um baile, uma reunião dançante, tudo sempre fica mais fácil se houver união a cooperação.

Mas este papo todo é para colocar a vocês que já vão à escola umas questões muito importantes. Como está funcionando o Grêmio Estudantil do seu colégio? Ele já existe? Está bem organizado? Tem diretoria? Achamos muito importante que se pense nestas questões, pois o Grêmio Estudantil deve ter para vocês o mesmo significado da cooperativa ou do sindicato para as pessoas grandes. No Grêmio vocês também vão se UNIR para resolverem muitas questões também importantes. Sabemos que cada um tem a sua turma, seus amigos mais chegados. Mas também sabemos que muitas coisas vocês poderão fazer em conjunto, com todos os colegas da escola.

Se o Grêmio Estudantil estiver bem organizado, vocês poderão promover jogos, reuniões dançantes, encontros com colegas de outras escolas. Na escola, certamente, deverá ter uma sala para servir de sede para o Grêmio. Ali vocês poderão ouvir música, jogar xadrez ou dama, ler livros, jornais e boas revistas, conversar. Muitas outras boas idéias provavelmente surgirão nestes bate-papos. Além de tudo isto é a diretoria do Grêmio que deve representar os estudantes na busca de soluções dos seus problemas.

É isto aí, minha gente. Por estas e muitas outras razões é que em cada escola deve estar funcionando A TODO O VAPOR, uma entidade estudantil. E cada um deve participar, colaborar. Enfim, saber como são bons para todos os resultados da UNIÃO.

Escreva para o COTRISOL contando como está o Grêmio da tua escola.

O QUE VOCÊ SABE SOBRE SUA LOCALIDADE?

Vocês não gostariam de ver a história do lugar onde moram, em destaque no COTRISOL?

É isto que nós queremos introduzir no Jornalzinho que é feito todinho para vocês: Uma coluna que fale das localidades onde vocês moram; sua história; como surgiu; seus primeiros moradores; sua principal cultura; algum fato alegre, engraçado ou triste que marcou todos os moradores; o que existe de bom em termos de diversão (como os homens e as mulheres se divertem, passam o tempo nos fins de semana) e os jovens? E AS CRIANÇAS? . . .); o que a comunidade não possui e gostariam que tivesse? e muitas outras coisas que podem caracterizar um lugar.

Conversem com a professora, colegas, papai e mamãe, ou ainda com algum morador antigo sobre o assunto, e escrevam para o COTRISOL.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
COTRIJORNAL - COTRIJUI - IJUI



JÁ PENSASTE QUE...

Já alguma vez pensaste
que bom é ter olhos
para ver o mundo
e ouvidos

para ouvir os outros

e boca

para dizer tudo aquilo

que dizemos

e pernas

para nos levar

onde somos precisos

e mãos

para ajudar os que

delas necessitam

e braços

para estreitar os outros

num abraço

e ombros

para que alguém neles

recline a cabeça fatigada

e cérebro

para pensar em ajudar os outros

e coração

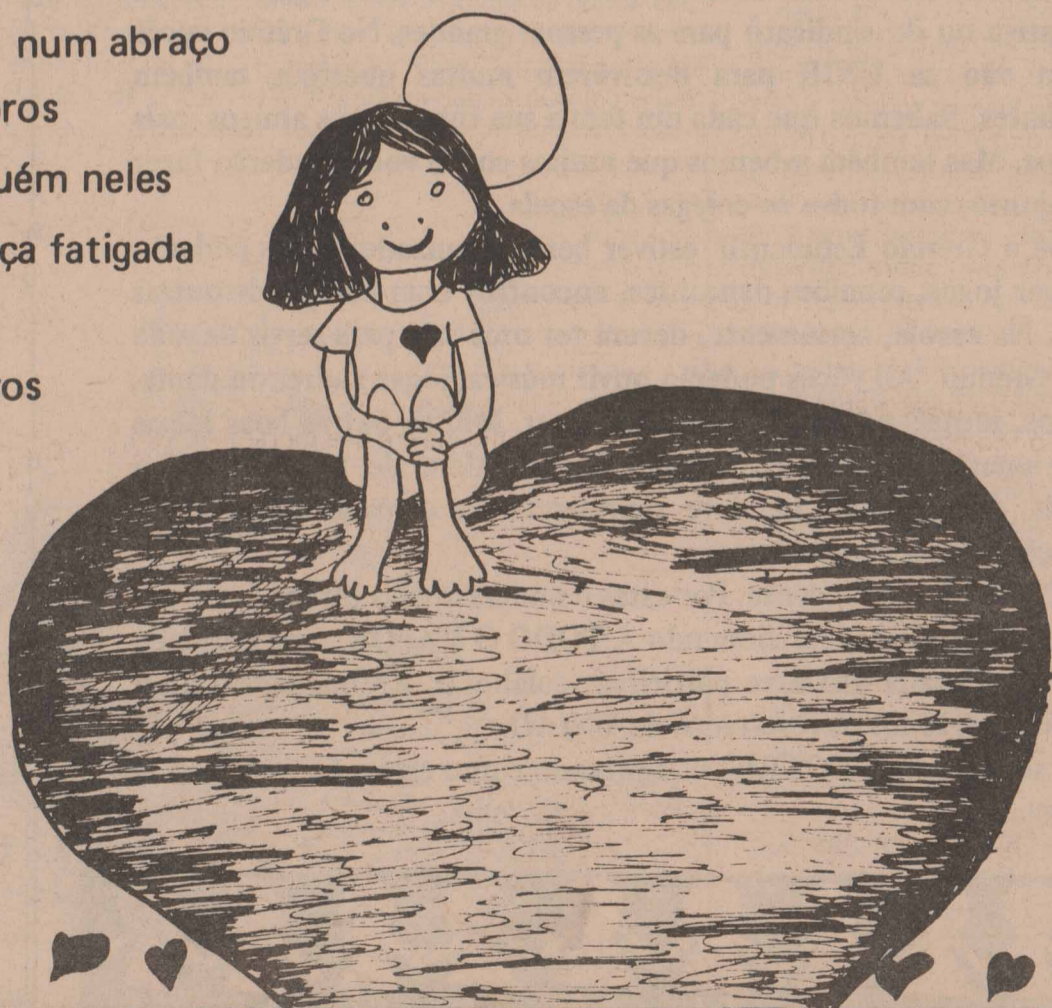
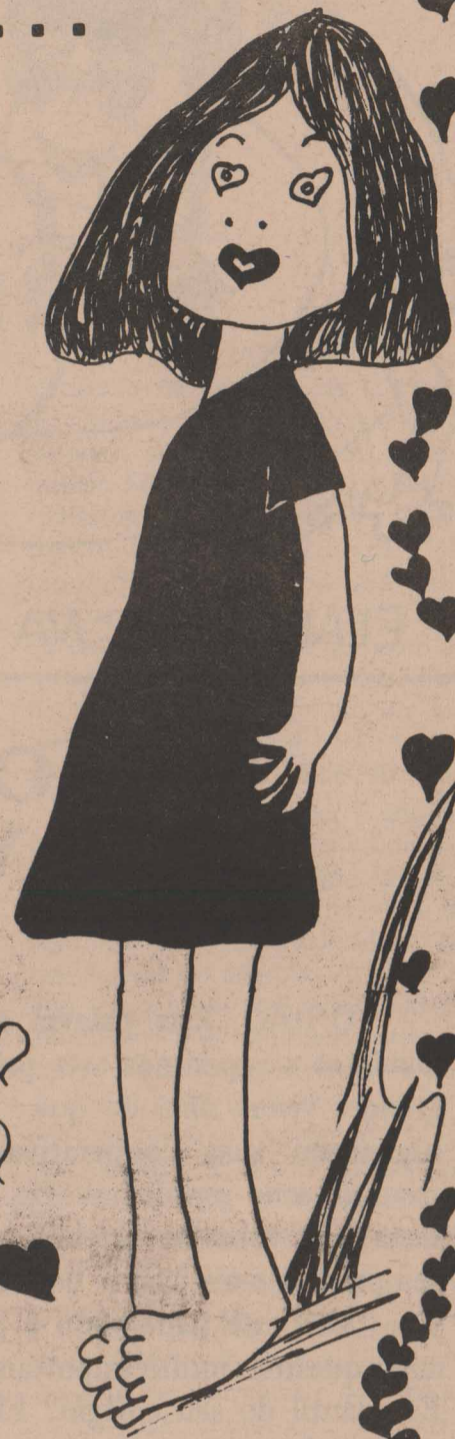
para sentir as coisas

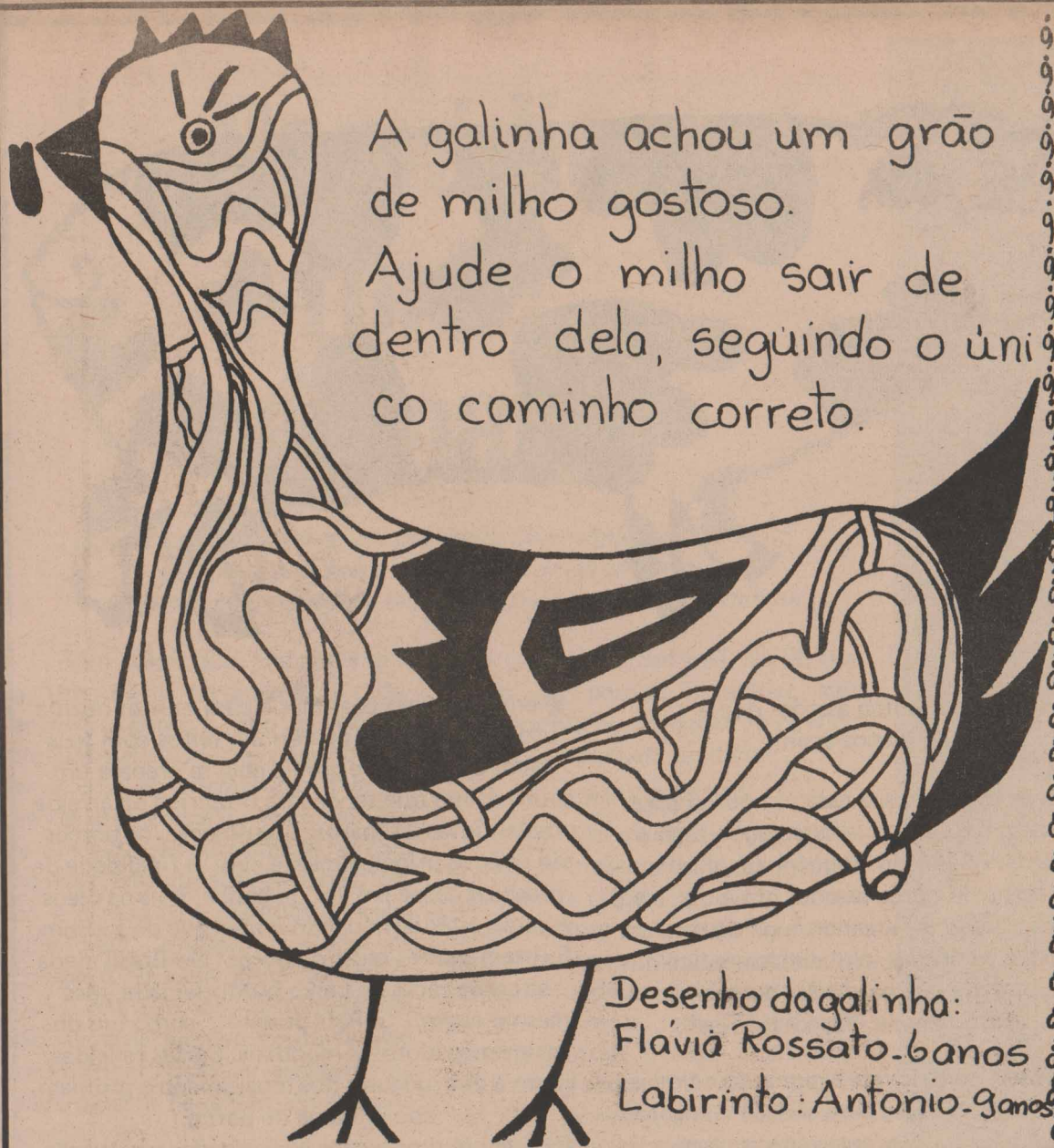
que nem sempre compreendemos

imediatamente.

Já alguma vez pensaste

como tudo isto é maravilhoso?





A galinha achou um grão de milho gostoso. Ajude o milho sair de dentro dela, seguindo o único caminho correto.

Desenho da galinha: Flávia Rossato. banos
Labirinto: Antonio. banos

SE VOCÊ FOSSE PREFEITO

Conversando com crianças de 7 a 9 anos, sobre diversos assuntos, fizemos a seguinte pergunta:

— Se você fosse prefeito, o que você faria? As respostas foram as seguintes:

Marcos — (9 anos) — Bem, se eu fosse prefeito eu ia para a zona rural, botar asfalto para os colonos levar os produtos para a cidade.

Luciana — (8 anos) — Se eu fosse prefeito eu ia pra colônia e ia construir colégios, igrejas, botava luz elétrica, arrumava as estradas e construía pontes para os que moram na colônia e tem que vim na cidade, e também pros leiteiros podê chegá mais cedo nas casas e levá o leite. As vezes eles demoram muito e o leite

fica ruim, daí a Cooperativa paga menos.

Maurício — (8 anos) — Eu construía escolas e arrumava as estradas, as pontes . . .

Maria Ana — (9 anos) — Se eu fosse prefeito de Ijuí eu daria emprego para os pobres e iria até a zona rural e olhava como é que vivem os pobres que trabalham nas roças dos outros. Construiria escolas, e colocaria água e luz elétrica.

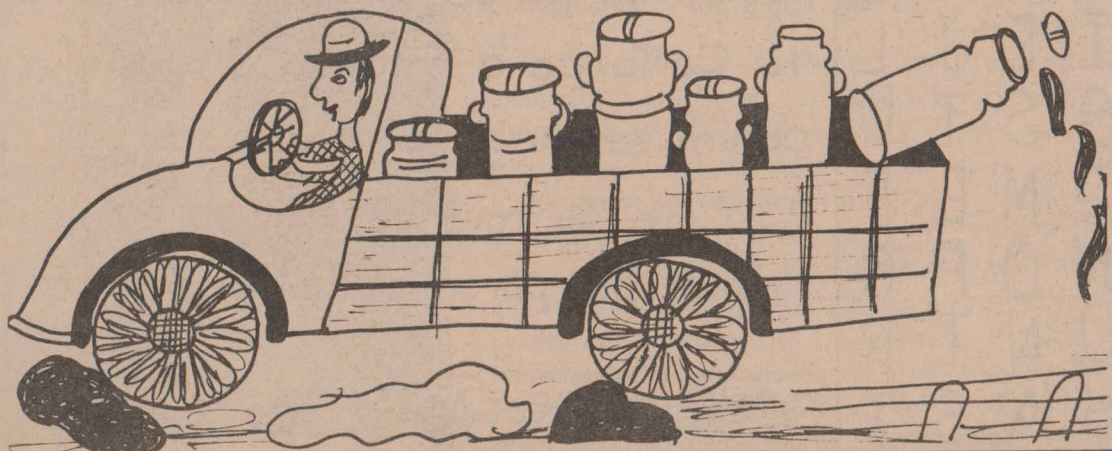
E . . . arrumava as ruas e as pontes para os colonos passar.

Jalusa — (8 anos) — 1) Se eu fosse prefeito eu iria cuidar das estradas rurais. 2) Eu iria agasalhar os pobres. 3) Eu iria dar casa aos pobres. 4) Eu estaria

à disposição de todos na Prefeitura.

Vocês viram que todos se preocupam com as mesmas coisas? São crianças que como vocês vêem que nem tudo está tudo bem e que tem muitas coisas por fazer.

O que você faria se fosse prefeito de seu município? Mande suas opiniões para o COTRISOL. Só não esqueçam de escrever, o nome da localidade em que moram — município, vila, distrito.



Adivinhações

O que é, o que é, entra n'água e não se molha?.....

O que é, o que é, na água nasce, na água cresce, se botar na água, desaparece?.....

O que é, o que é, que tem dentes mas não tem boca?.....

O que é, o que é, que, quanto mais se tira, maior fica?.....

(buraco)

(Respostas - (sombra - sal - alho -

VAMOS BRINCAR? CABRA_CEGA

FORMAÇÃO: CRIANÇAS EM CÍRCULO, TENDO AO CENTRO A CABRA_CEGA (CRIANÇA DE OLHOS VENDADOS).

DESENVOLVIMENTO:

AS CRIANÇAS CONVERSAM COM A CABRA_CEGA:

— CABRA_CEGA, DE ONDE VIESTE?

— DO MOINHO.

— O QUE TROUXESTE?

— PÃO E VINHO.

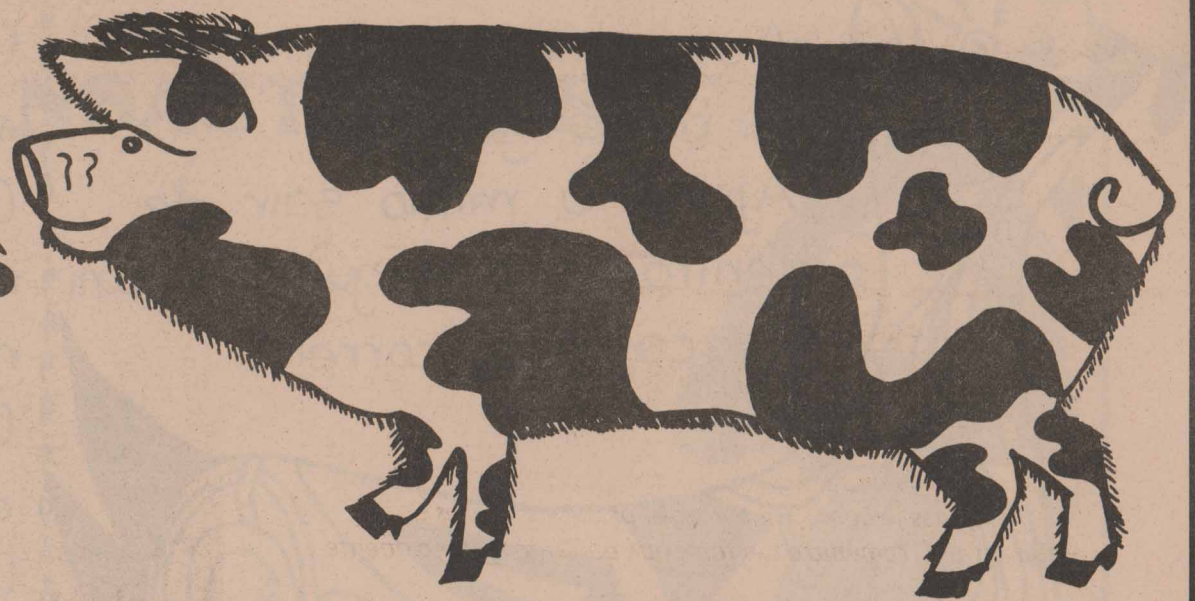
— ME DÁ UM POUQUINHO . . .

— NÃO DOU, NÃO.

— ENTÃO VAI PROCURAR QUEM TE BATEU. (AS CRIANÇAS BATEM NA CABRA_CEGA E FOGEM).

A CABRA_CEGA PERSEGUE OS FUGITIVOS. QUANDO CONSEGUE PEGAR ALGUÉM, DEVE ADIVINHAR QUEM PEGOU. SE ACERTAR, TROCA DE CABRA_CEGA.

ALGUMAS CURIOSIDADES SOBRE O PORCO



Provavelmente todos você conhecem muito bem o porco, pois certamente são vocês que os tratam, cuidam. Por isso sabem qual a comida preferida, como vive, quanto tempo leva mais ou menos para engordar, qual sua importância, etc...

Mas tem coisas que você ainda não sabe, e é sempre legal a gente conhecer algo novo.

O porco, tal como o conhecemos, descende do javali, que é selvagem. Foi um dos primeiros animais domesticados pelo homem. Os homens demoraram um pouco para descobrir que do porco se poderia aproveitar a carne e seus derivados. Antes de descobrir isto, sabem para que eram criados? Para comer restos, comer o lixo. Existe uma história em torno de como teria sido

descoberto o porco assado, que é mais ou menos assim:

"Um chinês tinha em sua casa um porco para que comesse o lixo, mas sua casa pegou fogo e o porco morreu queimado. Alguém apanhou um pedaço de carne do porco assado, provou-a, e viu que era boa. Então foi ateando fogo de casa em casa, para que os porcos se queimassem, até que se deu conta de que para assar porcos não havia necessidade de incendiar casas".

Os porcos são, sem dúvida alguma, os animais domésticos mais valiosos para criação e engorda porque deles tudo se aproveita: a carne, especialmente a das pernas traseiras, é alimento excelente, a gordura que chamamos de banha,

se emprega para cozinhar e para muitos outros usos; os melhores pincéis são feitos com seus pêlos ou cerdas; e com a pele se prepara um couro ótimo que serve para o fabrico de arreios, malas, luvas e sapatos. Atualmente, os porcos são criados principalmente com a finalidade de produzir carne em vez de banha, pois os óleos vegetais estão dominando o mercado de consumo. Existem muitas raças de porco. No Brasil ainda se criam raças de baixa produtividade, mas mesmo assim o País destaca como um dos maiores produtores mundiais. Certas religiões, como a dos judeus e dos muçulmanos, proibem comer carne de porco.

Existem muitas outras curiosidades em relação ao porco. Tentem procurar alguma coisa sobre o assunto e mandem para o COTRISOL publicar.

PROCURE NO
QUADRO DE LE-
TRAS, AS RES-
POSTAS DAS
QUESTÕES AO
LADO. NA ME-
DIDA EM QUE
VOCÊ FOR EN-
CONTRANDO,
ESCREVA A
SOBRE OS PON-
TOS E PASSE
UM TRAÇO AO
REDOR DA MES-
MA, DE ACORDO
COM O MODELO

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| M | B | L | T | S | U | E | D | U | J |
| U | V | P | X | N | G | Q | R | H | A |
| C | H | I | Q | U | E | I | R | O | V |
| U | S | N | C | T | V | X | Z | L | A |
| L | P | C | T | O | A | T | I | E | L |
| M | U | E | N | B | H | J | L | N | I |
| A | B | L | C | D | N | E | T | F | G |
| N | H | I | J | L | A | M | O | N | O |
| O | P | Q | R | S | B | T | R | U | V |
| S | A | B | A | O | X | Z | R | A | B |
| C | D | E | F | G | H | I | E | J | L |
| M | N | O | P | Q | R | S | S | T | U |
| V | X | Z | A | B | C | D | M | E | F |
| G | H | I | J | L | M | N | O | P | Q |
| U | V | X | Z | L | T | U | N | T | R |
| M | O | R | C | I | L | H | A | S | T |

1. O porco descende do
2. O porco vive no
3. Do pêlo do porco podemos fazer:
.....
4. Duas religiões que proibem co-
mer carne
5. O óleo vegetal está substituindo
a BANHA
6. Juntando soda e água com os
restos do porco, fazemos
7. Cortando e fritando o toucinho
obtem-se a gordura e o
8. Com os miúdos, sangue e as
tripas do porco podemos fazer